



FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE BRASÍLIA
PDI - 2025 - 2029

FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE BRASÍLIA

PDI
PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL
2025-2029

Brasília
2025



COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Josimar Santos Rosa
Alex Fabiane Teixeira
Demóstenes Jonatas de Azevedo Júnior
Denise Maria dos Santos Paulinelli Raposo
Wellington Pinto



SUMÁRIO

1. PERFIL INSTITUCIONAL.....	7
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	7
1.2. BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO.....	7
1.3. MISSÃO E VISÃO	9
1.3.1. Princípios e Valores.....	10
1.4. OBJETIVOS.....	10
1.5. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA.....	11
2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI.....	13
2.1. INTRODUÇÃO.....	13
2.2. INSERÇÃO REGIONAL	13
2.3. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS: A EDUCAÇÃO NA REFORMA PROTESTANTE	16
2.4. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PRESSUPOSTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS NORTEADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA INSTITUIÇÃO	18
2.4.1. Princípios Filosóficos	18
2.4.2. Pressupostos Teórico-Epistemológicos da Abordagem Pedagógica	20
2.5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO	21
2.5.1. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas	21
2.5.1.1 Criação de cursos	25
2.5.1.2 Flexibilização Curricular	26
2.5.1.3 Desenvolvimento dos Currículos	26
2.5.1.4 A formação continuada dos docentes	27
2.5.1.5 Atendimento aos Discentes	27
2.5.1.6 Projetos Pedagógicos	27
2.6. POLÍTICAS DE ENSINO	29
2.6.1. Práticas pedagógicas.....	29
2.6.2. Seleção de conteúdos para os cursos de graduação: Competências e habilidades	30
2.6.3. Estratégias de ensino para a graduação: gestão da sala de aula e práticas pedagógicas	31
2.6.4. Avaliação de aprendizagem	31
2.6.5. Estágios supervisionados e prática profissional.....	32
2.6.6. Atividades Complementares	32
2.6.7. Trabalhos de Curso - TC	33
2.6.8. Atividades de Monitoria	33
2.7. POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO	34
2.7.1. Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i>	35
2.7.2. Iniciação Científica	35
2.7.3. Inovação Tecnológica.....	36
2.8. POLÍTICAS DE EXTENSÃO	37
2.8.1. Extensão e Gerência de Responsabilidade Social e Filantropia	37
2.8.2. Cursos e eventos.....	38
2.9. POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO	38
2.10. POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL.....	38



2.11. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACESSIBILIDADE, DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SÓCIOEDUCACIONAL E DE RESPEITO À DIVERSIDADE NO CONTEXTO DO ENSINO, DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA E DA EXTENSÃO.....	38
2.12. COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ACADÊMICA E OUVIDORIA	41
2.13. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO	41
2.14. AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL	42
2.14.1. Procedimentos de autoavaliação institucional em conformidade com a Lei nº 10.861/2004 (SINAES)	42
2.14.2. Descrição do processo de Autoavaliação.....	43
2.14.3. Objetivos do processo de Avaliação e Acompanhamento das Atividades Institucionais.....	43
2.14.4. Etapas do Processo de Avaliação	44
2.14.5. Características e Desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional	45
3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS PRESENCIAIS.....	49
3.1. OFERTAS DE CURSOS: NÚMERO DE VAGAS, DIMENSÕES DAS TURMAS, TURNO DE FUNCIONAMENTO E REGIME DE MATRÍCULA DE SEUS CURSOS	49
3.1.1. Graduação (Bacharelado e Tecnologia)	49
3.1.2. Pós-Graduação (<i>Lato Sensu</i>)	49
4. PERFIL DO CORPO DOCENTE	50
4.1. COMPOSIÇÃO (TITULAÇÃO, REGIME DE TRABALHO, EXPERIÊNCIA ACADÊMICA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA)	50
4.2. PLANO DE CARREIRA.....	50
4.2.1 Plano de Carreira Docente.....	50
4.3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO	50
4.4. PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO (DEFINITIVA E EVENTUAL) DOS PROFESSORES DO QUADRO	51
4.5. CRONOGRAMA E PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE, COM TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO, DETALHANDO PERFIL DO QUADRO EXISTENTE E PRETENDIDO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI	52
4.6. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E CRONOGRAMA DE EXPANSÃO	52
5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA FPMB.....	54
5.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, INSTÂNCIAS DE DECISÃO E ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO	54
5.2. ORGANOGRAMA.....	56
6. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES.....	57
6.1. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO (BOLSAS)	57
6.1.1. Programa de Apoio Pedagógico.....	57
6.1.2. Programa de Apoio Financeiro	58
6.2. ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA DISCENTE	59
6.3. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL.....	60
6.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS	60
6.5. AÇÕES DA CAPELANIA PARA O APOIO AOS DISCENTES.....	60
7. INFRAESTRUTURA	61
7.1. ÁREA FÍSICA E INSTALAÇÕES PREDIAIS	61
7.1.1. Espaço Físico Atual.....	61



7.1.2. Instalações físicas futuras	62
7.2. BIBLIOTECA	62
7.2.1. Dados	62
7.2.2. Horários de funcionamento	62
7.2.3. Pessoal Técnico-Administrativo	62
7.2.4. Serviços oferecidos pela Biblioteca.....	63
Da utilização	64
7.2.5. Organização Técnica do Acervo	64
7.2.6. Acervo e Política de Atualização	64
7.2.7. Política de Informatização	65
7.3. LABORATÓRIOS	65
7.3.1. Instalações e equipamentos existentes e a serem adquiridos	66
7.3.1.1 Recursos de informática disponíveis	66
7.4. SISTEMAS CORPORATIVOS.....	66
7.4.1. Provedor Internet Mackenzie	67
7.4.2. Ambiente de Rede Administrativa e Acadêmica.....	68
7.4.3. Softwares Acadêmicos	68
7.5. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS (DECRETO Nº 5.296/04 E DECRETO Nº 5.773/06)	69
8. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS	70
8.1. DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, INCLUINDO OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO PREVISTOS NO PDI	70
8.2. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	70
8.3. PLANOS DE INVESTIMENTOS	70
8.4. PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS	71
10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73



LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Cursos de Graduação Implantados	12
Quadro 2	Cursos de Graduação e cronograma de implantação	12
Quadro 3	Cronograma de implantação e consolidação dos processos avaliativos da FPMB	46
Quadro 4	Ações programadas e dimensões envolvidas.....	46
Quadro 5	Matriz de Relacionamento entre os Eixos do Instrumento atual e as Dimensões do Instrumento Antigo.....	47
Quadro 6	Cursos Lato Sensu	49
Quadro 7	Pessoal de Apoio e Administrativo – Biblioteca	62

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Organograma da Gestão da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília	56
------------------	---	----

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Dados Sociodemográficos	16
Tabela 2	Cursos e estudantes matriculados e previsão de implantação	49
Tabela 3	Área construída e ocupação	61
Tabela 4	Previsão das Receitas do Quinquênio (R\$ 1,00).....	71
Tabela 5	Previsão das Despesas com pessoal.....	71
Tabela 6	Previsão das Despesas com extensão, iniciação e pesquisa científica	71
Tabela 7	Previsão das Despesas com capacitação docente e técnico-administrativo	71
Tabela 8	Previsão das despesas com tributos (R\$ 1,00)	71
Tabela 9	Previsão das despesas com funcionamento e do resultado do exercício (2020-2024)	72
Tabela 10	Previsão das despesas de capital (2020-2024) (R\$1,00)	72



1. PERFIL INSTITUCIONAL

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi construído em atendimento à Resolução CES/CNE nº. 10/2002 e Art. 16 do Decreto nº. 5.773, de 9 de maio de 2006.

O PDI da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, instituição mantida do Instituto Presbiteriano Mackenzie, fundamenta-se na premissa de que o desenvolvimento crítico e pleno da realidade institucional constitui condição para um planejamento que signifique o compromisso efetivo com as mudanças pretendidas, possibilitando a reflexão a respeito dos resultados alcançados para o delineamento de novas propostas. Assim, o PDI é resultado do planejamento integrado das diversas áreas/unidades que compõem a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília e reflete o esforço conjunto das pessoas envolvidas em sua gestão, constituindo-se como referência para um processo avaliativo, constantemente voltado para a evolução do conjunto institucional.

Comprometido com o projeto pedagógico e com os objetivos de uma administração participativa, o PDI deverá revelar integração e coesão das diversas instâncias da vida institucional, direcionada para a qualidade e para o desenvolvimento competente de suas tarefas de ensino, pesquisa e extensão, em coerência com seus alicerces confessionais.

Vale ressaltar que este documento dialoga, necessariamente, com o Planejamento Estratégico, emanado da Entidade Mantenedora e também com o Regimento Geral da Faculdade, bem como com os diversos Projetos Pedagógicos que serão produzidos. Ressalve-se, também, que as atividades extra-acadêmicas, administrativas e financeiras mencionadas neste Plano são operacionalizadas por intermédio do Instituto Presbiteriano Mackenzie, instituição mantenedora da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília.

As alterações e atualizações periódicas deste PDI terão por base o processo de avaliação institucional, conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) institucional, que integra a administração superior. Caberá aos dirigentes da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, aos coordenadores de cursos e aos professores, estudantes e pessoal de apoio técnico-administrativo implementar este PDI, atentos aos cenários internos e externos, a fim de promover as mudanças necessárias, no momento certo e em condições adequadas, com vistas à melhoria contínua das condições de oferta de ensino.

1.2. BREVE HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO

A história do Mackenzie começa com a chegada dos missionários presbiterianos Rev. George Whitehill Chamberlain e sua esposa Mary Annesley Chamberlain, em São Paulo, SP, em 1870. Nessa época, a Capital Phorista tinha aproximadamente 25 mil habitantes. Utilizando sua própria residência como sala de aula, Mary Chamberlain recebeu três crianças para a escola que se iniciava: uma menina e dois meninos. Desde o ponto de partida, impôs-se o princípio que permanece até os dias de hoje, 154 anos passados, de não fazer distinção de sexo, credo ou etnia, acolhendo crianças que a escola da época não acolhia. No segundo ano, em 1871, foi fundada a Escola Americana, embrião do Colégio Presbiteriano Mackenzie, que passou a funcionar em um local mais espaçoso, acolhendo então 44 estudantes.

Em 1876, foi criado o Curso Superior de Filosofia, funcionando junto à Escola Americana com a finalidade principal de preparar professores. Poucos anos depois, em 1879, foi comprada a área de Higienópolis, onde se encontram sediados, nos dias de hoje, tanto o Colégio quanto a Universidade. Em 1886, começou a funcionar o Curso Comercial, embrião



dos posteriores cursos nas áreas de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis. Em 1892, morreu o benfeitor, John Theron Mackenzie, que legou sua herança para a construção de uma Escola de Engenharia no Brasil. Em 1893 foi reconhecido o Mackenzie College. Em 1896, foi instalada a Escola de Engenharia Mackenzie, passando a integrar o Mackenzie College.

Em 1927, graduaram-se as primeiras mulheres pelo Mackenzie College. Foram três no Curso de Química Industrial. Quase imediatamente após, em 1929, graduou-se a primeira Engenheira Arquiteta.

Em 1940, por exigência do Estado Novo, o Mackenzie College passou a ser denominado Instituto Mackenzie. Eram suas unidades a Escola Americana, o Colégio Mackenzie, a Escola Técnica e a Escola de Engenharia. Em 1947, o curso de Arquitetura, então vinculado à Escola de Engenharia, deu origem à Faculdade de Arquitetura, a primeira no Brasil, com essa designação. No mesmo ano, foi instalada a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, que mais tarde (1980) se desdobraria em Faculdade de Letras e Educação, e Faculdade de Ciências Exatas e Experimentais. No ano de 1950, foi criada a Faculdade de Ciências Econômicas, que veio a dar origem ao atual Centro de Ciências Sociais e Aplicadas. A criação da Faculdade de Direito deu-se em 1953. Anos mais tarde, em 1970, foram instaladas a Faculdade de Comunicação e Artes e a Faculdade de Tecnologia, esta última tendo atualmente a denominação de Faculdade de Computação e Informática. Em 1998, constituiu-se a Faculdade de Psicologia e, nos dois anos seguintes, surgiram a Faculdade de Teologia e a Faculdade de Educação Física, esta última localizada no então Campus Tamboré (atual Campus Alphaville).

Destaca-se que, em 1952, a Universidade Mackenzie foi reconhecida pelo Decreto nº 30.511, assinado pelo Presidente Getúlio Vargas e pelo Ministro da Educação Ernesto Simões da Silva Filho, sendo solenemente instalada em 16 de abril daquele ano. Na sua origem, a nova universidade – terceira no estado de São Paulo – foi constituída das seguintes unidades acadêmicas: Escola de Engenharia, Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas. No ano de 1965, a Universidade Mackenzie tornou-se mais uma vez pioneira nas suas iniciativas, ao escolher como Reitora a Professora Esther de Figueiredo Ferraz, primeira mulher no hemisfério sul a ocupar esse cargo. Foi ela, também, anos mais tarde, a primeira mulher no Brasil a se tornar Ministro de Estado da Educação.

Em 1999, a Universidade Mackenzie passou a ser denominada Universidade Presbiteriana Mackenzie, reafirmando, assim, sua identidade confessional.

Atualmente, a instituição “Mackenzie” é um dos maiores complexos educacionais no contexto da América Latina, atuando nas mais diversas áreas do conhecimento humano, que vão da Educação Básica ao Ensino Superior, compreendendo neste segmento três dezenas de cursos de Graduação, quase 20 cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu, além de seis dezenas de cursos Lato Sensu e amplo portfólio de atividades de Extensão.

Com essa característica empreendedora e pioneira, o Instituto Presbiteriano Mackenzie estende sua atuação e amplia suas mantidas criando a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília. Esta já se inicia com a reputação e experiência de uma Instituição de Ensino Superior que já conta com mais de 60 anos.

Sempre preocupada com a qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão, A direção da faculdade adota políticas institucionais que estabelecem uma série de diretrizes que nortearão a atuação de todos os segmentos e instâncias da Faculdade Presbiteriana



Mackenzie Brasília nos próximos anos. As ações devem atender a um perfil de formação holística de concepção dos fenômenos naturais, do meio ambiente e da sociedade, contudo, sem abandonar demandas mais específicas da sociedade, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

As diretrizes harmonizam-se inteiramente com os eixos norteadores do “Planejamento Estratégico 2016-2025” definido pelo Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie para o mesmo horizonte temporal, evidenciando uma mobilização sinérgica de toda a Instituição em busca da consolidação dos padrões de excelência no ensino, na iniciação científica e na extensão.

Em 2016, consolidando o projeto de expansão, o Instituto Presbiteriano Mackenzie, atendendo aos anseios da sociedade por uma instituição confessional de ensino superior de excelência, anuncia a criação da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília – FPMB, pautada pelo resgate dos valores humanos, cristãos e éticos, mantendo a tradição de mais de 145 anos de ensino de qualidade.

A FPMB é uma instituição de ensino superior pluridisciplinar, confessional, destinada a formar alunos para vida e para o mercado de trabalho, com valores humanos capazes de perceber e interpretar os paradigmas atuais, vislumbrar novas possibilidades e propor a criação de caminhos alternativos, face às demandas da contemporaneidade.

Em 2025, seguindo o seu projeto de expansão na Capital do País, a FPMB ocupa novas instalações modernas e confortáveis para a implementação dos cursos. Todos os ambientes (salas de aula, laboratórios e biblioteca) dispõem de equipamentos, mobiliário e recursos tecnológicos de ponta, além de oferecer estacionamento externo para os seus alunos

As diretrizes harmonizam-se inteiramente com os eixos norteadores do “Planejamento Estratégico 2025-2029” definido pelo Conselho Deliberativo do Instituto Presbiteriano Mackenzie para o mesmo horizonte temporal, evidenciando uma mobilização sinérgica de toda a Instituição em busca da consolidação dos padrões de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão.

1.3. MISSÃO E VISÃO

Missão significa o direcionamento para a atuação da Instituição no âmbito da sociedade em que está inserida. A Missão institucional encontra-se assim definida: “Educar o ser humano, criado à imagem de Deus, para o exercício pleno da cidadania, em ambiente de fé cristã reformada”. A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília tem relevante papel no atendimento a essa missão por intermédio dos conteúdos, recursos e metodologias próprios nas suas várias áreas acadêmicas.

A Visão da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília permeia todos os planos de ação e o desenvolvimento de sua prática cotidiana. Dessa forma, a Visão de “Ser reconhecida pela sociedade como instituição confessional presbiteriana e filantrópica, que se dedica às ciências divinas e humanas, comprometida com a responsabilidade socioambiental, em busca de contínua excelência acadêmica e de gestão”, organiza a composição e o desenvolvimento do currículo de maneira que possa ser refletida em todos os aspectos.

O currículo e as políticas e estratégias de ação, dirigidos por esta visão, têm como fim maior favorecer o reconhecimento efetivo, pelos estudantes e pela comunidade, de uma instituição que prima pela excelência, considerando seu papel na sociedade, sua relação com os outros e com Deus.

A Missão e Visão materializam-se na prática de princípios e valores que se refletem nas relações pedagógicas, dentro da sala de aula, nas relações de trabalho entre funcionários e



equipes de apoio administrativo e se consolidam na ação futura de nossos estudantes, imprimindo neles o “espírito mackenzista”.

1.3.1. Princípios e Valores

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília tem por finalidade desenvolver as funções de ensino, pesquisa e extensão, em todas as áreas do conhecimento humano, atendendo às diretrizes curriculares do Ministério da Educação e às demandas da sociedade na qual se insere, praticando e expressando os valores descritos a seguir:

- a) Na conduta pessoal: dignidade, caráter, integridade e espírito mackenzista;
- b) No exercício da atividade profissional: ética, competência, criatividade, componente curricular, dedicação e disposição para o trabalho voluntário;
- c) No relacionamento interpessoal: lealdade, respeito mútuo, compreensão, honestidade e humildade;
- d) No processo de decisão: busca de consenso, de justiça, de verdade, de igualdade de oportunidade para todos;
- e) No relacionamento entre órgãos colegiados, unidades e departamentos: cooperação, espírito de equipe, profissionalismo e comunicação adequada;
- f) No relacionamento com outras instituições: responsabilidade, independência e transparência;
- g) Na sociedade: participação e prestação de serviços à comunidade;
- h) E, em todas as circunstâncias, agir com amor que é o vínculo da perfeição.

Concretiza e consolida esses valores por meio de uma prática pedagógica que:

- a) Tem como característica essencial a aquisição, por seus estudantes, de um Código de Ética baseado nos ditames da consciência e do bem, que reflitam os valores morais exarados nas Escrituras Sagradas, voltados para um desempenho crítico e eficaz da cidadania;
- b) Forma cidadãos responsáveis, capazes de exercer a liderança de grupos sociais em que venham a atuar, buscando soluções éticas, criativas e democráticas, capazes de superar os problemas com os quais venham a se defrontar;
- c) Forma profissional com inteligência autônoma, que se utilize de um diálogo crítico com a realidade social, culminando com a prática do “aprender a pensar” voltada à ação concreta e empreendedora;
- d) Ensina criticamente a seus estudantes, de forma contínua, o conhecimento atualizado das diversas áreas do saber;
- e) Orienta as ações sociais, buscando a consciência crítica e a participação dos diferentes grupos, rumo ao desenvolvimento humano.

1.4. OBJETIVOS

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília propõe a inovação para além das propostas convencionais de uma faculdade. Este avanço pretendido, baseado em um ensino de alto padrão associado a valores cristãos explícitos, tem como diretriz um entendimento da realidade, o que pressupõe a consciência do valor tanto da coletividade quanto da singularidade dos indivíduos que a compõem e, por conseguinte, o desenvolvimento de um saber ativo, não apenas de conhecimento, mas de crítica e de construção da sociedade.

O conhecimento que a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília objetiva a produzir e transmitir tem como objetivo compreender o processo contraditório envolvido na produção da ciência, contribuindo para se chegar a uma consciência da totalidade e à



elaboração de um instrumental adequado à compreensão do cenário e da conjuntura regional, nacional e internacional.

Essas características permitem que o projeto institucional incorpore um caráter experimental, produzindo conhecimento novo sobre as condições sociais concretas das regiões continentais, o que significa ter a integração ensino, iniciação científica e extensão, e a interdisciplinaridade, como método, e, como princípio, a interação com a sociedade.

Este projeto requer, para sua implementação em todas as suas etapas e nos diferentes níveis de seus cursos, a presença desse aspecto integrador. A própria ideia de integração, por sua complexidade, importância e desafio, impõe uma abordagem interdisciplinar, rompendo com uma prática conservadora, meramente reprodutora de conhecimentos. Por esta razão, a execução deste projeto requer ousadia e determinação para o enfrentamento de riscos, resistências e temor do novo.

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília é uma instituição de ensino superior pluridisciplinar, confessional, destinada a formar estudantes com valores humanos de alto nível, capazes de perceber e interpretar os paradigmas atuais, vislumbrar novas possibilidades e propor a criação de caminhos alternativos, face às demandas da contemporaneidade.

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília tem por objetivo formar cidadãos e profissionais qualificados, comprometidos com o seu desenvolvimento pessoal e profissional e com o crescimento socioeconômico do país. Os principais desafios para esta faculdade são:

- a) Explicitar, nas suas ações, a cosmovisão cristã reformada para a educação;
- b) Alcançar o Conceito Preliminar de Curso (CPC) de excelência para os cursos de Graduação;
- c) Desenvolver um processo contínuo de acompanhamento e autoavaliação dos cursos e das atividades docentes;
- d) Estabelecer interação com os setores industrial, de serviços e cultural;
- e) Desenvolver atividades de extensão, incentivando a multidisciplinaridade e interdisciplinaridade;
- f) Promover processo contínuo de qualificação do corpo docente;
- g) Promover e difundir a inovação e o empreendedorismo, dinamizando a interação com os diversos setores econômico-artístico-culturais;
- h) Desenvolver políticas institucionais de extensão, de responsabilidade social, de responsabilidade ambiental, de cultura e de filantropia.
- i) Implementar ações que permitam alcançar os patamares de qualidade delineados para os cursos de Graduação, considerando a devida sustentabilidade destes;

1.5. ÁREAS DE ATUAÇÃO ACADÊMICA

Para cumprir o seu objetivo de ministrar ensino superior, desenvolver espírito inovador nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária, a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília atuará nas seguintes áreas de conhecimento, partindo da expertise já alcançada em outra instituição de ensino superior relacionada à sua Mantenedora:

- a) Ciências Jurídicas;
- b) Ciências Sociais e Aplicadas;



- c) Engenharias e Tecnologias;
- d) Ciências da Saúde

As áreas de atuação acadêmica citadas encontram-se na seguinte situação:

Quadro 1 Cursos de Graduação Implantados

Cursos de Graduação	Implantação
Administração	2017
Direito	2018

Quadro 2 Cursos de Graduação e cronograma de implantação

Cursos de Graduação	Previsão de implantação
Psicologia	2026
Ciências Contábeis	2026
Relações Internacionais	2027
Serviço Social	2028
CST- Banco de Dados	2029
CST - Comunicação Institucional	2029

Outros cursos poderão ser implantados nas áreas de conhecimento previstas em função da dinâmica das demandas do mundo do trabalho nestas respectivas áreas e de políticas públicas que venham ser estabelecidas e do desenvolvimento socioeconômico da região polarizada pelo Distrito Federal, sobretudo nos setores de serviços e industrial.



2. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL – PPI

2.1. INTRODUÇÃO

O Projeto Pedagógico de uma Instituição Educacional parte, necessariamente, da reflexão sobre o tema da Educação para a Cidadania, uma vez que seus princípios fundamentais estão voltados para a formação do homem integral, participante, ativo e comprometido com o processo histórico, cultural, social e político. Assim, uma Instituição de Ensino Superior é "(...) um *lócus* de conflito, pois produzir saber exige o debate de ideias" (LUCCHESI, 2002, p. 99), no qual se espera que aflore a verdade. Suas ações e seus resultados se voltam não apenas para o desenvolvimento do país, pois isso a tornaria muito utilitarista, mas principalmente para a formação do homem e da mulher criados à imagem e semelhança de Deus, e, por isso, que se devotam para o melhoramento do mundo. O Ensino Superior precisa estar no mundo, olhando a realidade, e ao mesmo tempo distanciar-se do mundo, para gerar novos saberes e novas metodologias.

2.2. INSERÇÃO REGIONAL

Algumas cidades mostram de si uma imagem recorrente, como um palimpsesto ou uma fotografia antiga que permanecesse impressa, ainda que amarelecendo com o tempo, e conservasse seus traços por trás de outras, mais vivas e atuais.

No caso de Brasília é imagem forjada pelo mito e também pela história de uma ideia, que se conclui com a execução do seu projeto modernista. Para dizer de outra forma, aquela cidade sem história é rica em carga simbólica. E o que Brasília simboliza? A democracia. A racionalidade. A nação. A integração e o desenvolvimento. A aspiração de igualdade. O moderno. O futuro. [...]

Poucas cidades do mundo têm uma carga simbólica tão forte. Não importa que a realidade negue ou venha a negar o que a ideia de Brasília representa ou representou ao longo dos tempos. Mitos não se destroem facilmente; sobrevivem à própria realidade material.¹

A ideia da transferência da Capital do País, do litoral para o interior do Brasil, fez-se presente desde o início do processo colonizador. Primeiramente, tinha-se por objetivo resguardar o poder (Monarquia) frente a uma possível invasão pelo mar. Depois, após os processos de incursão no continente, para levar o desenvolvimento a outras regiões do País.

Desenhada a ideia por políticos e governantes, foi somente com o advento da República 1891, que o Projeto se transformou em fundamento e mandamento constitucional passando a ser, portanto, expoente dos anseios da Sociedade Política Brasileira².

¹ ALMINO, João. **O mito de Brasília e a literatura**. Estudos Avançados [online]. 2007, vol.21, n.59, pp. 299-308. ISSN 0103-4014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v21n59/a23v2159.pdf> Acesso em setembro/2013.

² No texto Constitucional Republicano de 1891, lê-se "Art. 3º: Fica pertencente à União, no Planalto Central da República, uma zona de 14.400 km² que será oportunamente demarcada, para nela estabelecer-se a futura Capital Federal." Em seu parágrafo único, o citado artigo dizia: "Efetuada a mudança da Capital, o atual Distrito Federal passará a constituir Estado". SENADO FEDERAL. Constituição da República Federativa Disponível em <http://www.senado.gov.br/legislacao/BasesHist/asp/consulta.asp>. Acesso em setembro/2013.



Após essa determinação, os governantes republicanos, cada um a seu tempo, passaram a compor Comissões de Estudo especiais e a introduzir dispositivos legais gerais que direcionassem o cumprimento do referido mandamento constitucional. 3

Enfim, foi somente durante o mandato do Presidente Juscelino Kubitschek (1956 a 1961) que o mandamento efetivamente concretizou-se. Imerso em seu Plano de Desenvolvimento Nacional, resgatou e implementou o Projeto de Brasília visando não só cumprir os dizeres dos primeiros Republicanos, mas sobretudo promover uma dinâmica interacional no interior do país. Em uma das anotações de seu Diário de 1958, ele nos relata essa intenção:

O ideal da mudança da Capital para o centro geográfico do território brasileiro não teve senão esse motor inicial: aproximar os brasileiros, distribuir fontes de riqueza, criar no País um sistema em que as condições, o acesso ao trabalho, à produção e ao bem-estar deixassem de conhecer [...] disparidades e os paradoxos. [...] A ponte de concreto armado que hoje vos entrega o Governo é [...] símbolo de uma era de ressurgimento e de renovação.⁴

Por meio da Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956, estabelece a mudança da Capital Federal, nos seguintes termos.

LEI Nº 2.874, DE 19 DE SETEMBRO DE 1956

Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

Art. 1º A Capital Federal do Brasil, a que se refere o art. 4º do Ato das Disposições Transitórias da Constituição de 18 de setembro de 1946, será localizada na região do Planalto Central, para esse fim escolhida, na área que constituirá o futuro Distrito Federal circunscrita pela seguinte linha: Começa no ponto da Lat. 15º30'S e long. 48º12'W. Green. Desse ponto, segue para leste pelo paralelo de 15º30'S até encontrar o meridiano de 47º e 25'W. Green. Desse ponto segue o mesmo meridiano de 47º e 25'W. Green, para o sul até o Talweg do Córrego de S. Rita, afluente da margem direita do Rio Preto. Daí pelo Talweg do citado córrego S. Rita, até a confluência deste com o Rio Preto, logo a jusante da Lagoa Feia. Da confluência do córrego S. Rita com o Rio Preto, segue pelo Talweg deste

³ "Disposto a cumprir a determinação constitucional, o Presidente Floriano Peixoto criou em 1892 a "Comissão Exploradora do Planalto Central do Brasil", cabendo ao cientista Luiz Cruls, Diretor do Observatório Nacional um completo trabalho que ficou conhecido como "Quadrilátero cruls". Não obstante os vários objetos apresentados, a Comissão foi extinta em 1897. [...] Em 1920, o Presidente Epitácio Pessoa assina decreto que prevê o início da construção da Nova Capital e, a 7 de setembro de 1922, e lançada a pedra fundamental em Planaltina. [...] Em 1953, o Presidente Getúlio Vargas determinou o levantamento aéreo do "Quadrilátero Cruls". Foram demarcados 5.850 km² de área, abrangendo terras dos municípios goianos de Planaltina, Luziânia e Formosa sendo os trabalhos concluídos na gestão do Presidente Café Filho." IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/brasil/brasil.pdf>. Acesso em setembro/2013.

⁴ JK de Oliveira in *Coleção Brasília. Diário 1958*, 1960, pp. 14-15 *apud* OLIVEIRA, Márcio de. Brasília: uma cidade ou uma capital à época de sua inauguração? Cadernos Metrópole. 2006. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/8779/6503>.



último, na direção sul, até cruzar o paralelo de 16°03'S. Daí, pelo paralelo 16°03' na direção Oeste, até encontrar o Talweg do Rio Descoberto. Daí para o norte, pelo Talweg do Rio Descoberto, até encontrar o meridiano de 48°12'W. Green. Daí para o Norte pelo meridiano de 48°12'W. Green, até encontrar o paralelo de 15°3' Sul, fechando o perímetro.⁵

A data da mudança efetiva foi fixada por outra Lei (Lei nº 3.273, art. 1) que estabelecia a transferência para o dia 21 de abril de 1960, no Planalto Central do País.

Desde então, Brasília vem guardando esta característica única que justifica os números atuais. Sede do Governo Brasileiro, situada no Distrito Federal em uma área com cerca de 5.789,16 Km² de extensão e altitude de 1.172m, e uma população aproximadamente 2.817.381 habitantes⁶, de acordo com o censo 2022, sendo, então a 3ª cidade com maior número de habitantes no país.

Pelos motivos acima relacionados, Brasília atrai um movimento de pessoas muito elevado, demandando serviços de hotelaria e de transporte. E, ainda, por fazer parte da história política do Brasil e por ser conhecida pela sua arquitetura moderna, não é difícil se impressionar com a dinâmica turística de Brasília. Cercada de grandiosas obras grandes como o Congresso Nacional, Praça dos Três Poderes, Memorial JK, Catedral de Brasília, Parque Nacional de Brasília, Jardim Botânico, Panteão da Pátria e o Santuário Dom Bosco, atraem a população nacional e internacional durante todo o ano.

Para atender a essa demanda cívica e de eventos especiais, Brasília apresenta um Setor de Serviços dos mais variados e qualificados em âmbito nacional. O atendimento a demandas específicas tais como Reuniões e Organizações Nacionais e Internacionais imprime uma dinâmica social, cultural e educacional na cidade que a transforma também em um polo de reflexão acadêmica. Ainda, particularmente após 1988 com o redesenho do Estado Brasileiro, é também a sede de Agências Nacionais de Governo e grandes Empresas Públicas, além das mais altas Instituições dos Poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário).

Nessa dinâmica de contexto progresso, em 2011 foi registrado um Plano de Desenvolvimento Básico para o Distrito Federal - que tem como meta ser realizado até 2060. Em direção à concretização deste projeto foi contratada uma empresa de Cingapura (Jurong Consultants) para elaborar o planejamento estratégico do programa que será executado pela empresa nacional TERRACAP. O programa está em fase de planejamento e tem por objetivo investimento no plano piloto e em alguns setores como

- a) infraestrutura e transporte,
- b) construção de novo aeroporto,
- c) ampliação do Polo JK,
- d) Centro Financeiro Internacional,
- e) Polo Logístico.

Este Plano, certamente, servirá de estímulo para a promoção e difusão de novos mercados e relações corporativas e sociais e, conseqüentemente, novas formações e

⁵ BRASIL. **Lei nº 2.874, de 19 de setembro de 1956.** Dispõe sobre a mudança da Capital Federal e dá outras providências. Disponível em <http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=111152&tipoDocumento=LEI&tipoTexto=PUB>. Acesso em setembro/2013.

⁶ Conforme dados do Censo Demográfico, realizado pelo IBGE, em 2022. Disponível em <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=530010>. Acesso em agosto/2024.



profissões. Neste contexto é que se insere, de maneira geral, o Projeto de uma nova Instituição de Ensino Superior na Cidade e exige a implantação de cursos que venham a formar profissionais para esse mercado.

O impacto no desenvolvimento socioeconômico e socioambiental nos cenários local e regional é compreendida pela FPMB como um conjunto de atividades visando contribuições à sociedade, alicerçadas para o atendimento das demandas sociais, em projetos inovadores de iniciação científica e tecnológica, traduzindo, legitimando a missão e os compromissos da Faculdade.

Vale pontuar que Brasília possui o maior produto interno bruto per capita do Brasil (R\$ 116.713,39), é um dos maiores entre as principais cidades da América latina e cerca de três vezes maior que a renda média brasileira. Como capital nacional, Brasília é a sede dos três principais poderes do governo brasileiro e hospeda 124 embaixadas estrangeiras. A cidade também abriga a sede de muitas das principais empresas brasileiras.

Segundo o Atlas de desenvolvimento Humano (2010), o percentual de população de 15 a 17 anos frequentando o Ensino Médio, sem atraso, é de 76,76%.

Baseados nos indicadores listados a seguir, e na tradição e padrão de qualidade do sistema Mackenzie, estamos convencidos que a inserção regional da FPMB agregará valor de qualidade ao ensino superior na região, além de proporcionar todos os benefícios de uma instituição filantrópica, como por exemplo, a filantropia de 20% do total de vagas em forma de bolsas de estudo. Assim, a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília quer ser parceira do desenvolvimento cultural, educacional e socioeconômico do Distrito Federal, implementando cursos e programas de nível superior, como resposta ágil e competente às demandas de sua comunidade. Particularmente, no contexto da área de Direito, a vinculação com Brasília se torna não só contextual, mas também e sobretudo, estrutural.

Tabela 1 Dados Sociodemográficos

População	2.982.818 (Previsão do IBGE para 2024)
IDH	0,824 (Ranking Distrito Federal: 1º Ranking Brasil)
PIB per capita	R\$116.713,39 (IBGE 2022)
Renda per capita	R\$3.444,00 (Previsão do IBGE para 2024)

2.3. FUNDAMENTOS HISTÓRICOS: A EDUCAÇÃO NA REFORMA PROTESTANTE

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília encontra suas raízes no movimento da Reforma Protestante. Os reformadores do século XVI entendiam que para retornar às bases espirituais do cristianismo, era inevitável e absolutamente prioritário que se investisse em educação para todos. Esse deveria ser, portanto, o caminho para que determinado povo pudesse construir seu desenvolvimento cultural e pavimentar sua ascensão social e econômica.

A finalidade social da instituição escolar passava a ter, já naquele início dos tempos modernos, uma dupla face: por um lado, era imprescindível promover o exercício do cristianismo bíblico, capacitando as populações para a leitura direta das Sagradas Escrituras. Por outro lado, caberia preparar os meninos para o governo civil, para a administração pública das cidades. Em ambos os casos, a instrução tornava-se, paulatinamente, uma exigência dos tempos. O mundo do impresso, as formas de leitura que se propagavam, por vezes, espontaneamente, todo esse universo permeava uma nova visão de mundo. O



mesmo movimento histórico que produzia a técnica tipográfica tornaria a leitura uma competência social cada vez mais solicitada. E, de fato, pode-se concordar com quem diz que Martinho Lutero tornou necessário aquilo que Gutenberg tornara possível. Desde os primórdios da reforma, a defesa da escolarização vinha, porém, acompanhada da exigência quanto à edificação de uma nova escola, capaz de se tornar formadora de um novo homem.

O ensino dos reformadores pretendia, em seu princípio, adquirir um caráter distinto e diferenciado em relação às práticas usualmente em curso. A escola reformada precisava renovar os padrões ultrapassados, tanto da escolástica, quanto das anteriores iniciativas paroquiais e particulares, incluindo em seu programa, novos temas, para além do latim, do grego, da gramática, do trivium. Pensava-se na necessidade de uma língua nacional e da História (deixando, portanto, de conferir prioridade exclusiva ao latim), na retomada do valor educativo do canto, da música, das atividades recreativas e dos jogos infantis – tão valorizados na Antiguidade clássica. Vivia-se um tempo de ruptura com tradições sem fundamento e decisões oligárquicas: nele cabia, acima de tudo alterar os próprios alicerces da instituição oferecida, valendo-se do ensino escolar como habilitação da juventude para a posterior gestão do governo temporal. Sendo assim, cabia formar os líderes e os administradores:

(...) como temos dito, mesmo que não existisse a alma, mesmo que as escolas e as línguas não fossem necessárias para a Escritura e por motivos divinos, seria um motivo mais que suficiente instituir em todos os lugares as melhores escolas para meninos e meninas, a necessidade que o mundo tem do governo temporal de homens e mulheres preparados. (LUTHERO, 1523, p. 221).

João Calvino, que, a partir de meados do século XVI, passaria a empreender ação educativa em Genebra, levaria adiante os ideais educativos luteranos, chegando mesmo a superar Lutero quanto à proposição de uma dada acepção de escola, cuja estrutura passaria, desde então, a referenciar o ensino protestante, propagado, a partir dali, em nível mundial. No parecer de Calvino, na trilha já assinalada por Lutero, haveria um duplo objetivo – religioso e civil – a ser obtido pela instrução das crianças. Era bastante explícita a intenção de formação de líderes, de quadros políticos e administrativos capazes de fazer avançar o desenvolvimento das cidades e das populações. Daí a ênfase na instrução, como exigência com a qual os governos não poderiam transigir. No parecer de Calvino, a educação se desdobraria em uma ética e uma moral do trabalho.

A literatura específica sobre o tema sugere a existência de uma "possível convergência entre o conceito educacional de currículo e o conceito calvinista de componente curricular" (HAMILTON, 1992). O currículo, visto como um processo organizado de seriação, como produção de uma estrutura de ensino graduada e sistemática, traria - com os modelos das escolas calvinistas - o padrão da nossa forma moderna de escolarização.

Imbuídas do pioneirismo que, desde os primórdios, caracterizava as iniciativas educacionais protestantes, as escolas calvinistas criam práticas de ensino simultâneo (o professor ensinando a todos os seus discípulos de uma única vez), dividem os estudantes por faixas etárias e por níveis de aprendizado e dão os primeiros passos naquilo que hoje se caracteriza como currículo da escola graduada. Inequivocamente, pode-se constatar o vínculo estreito entre componente curricular calvinista e ideia de currículo. As escolas de tradição calvinista diferenciavam-se por criar novas diretrizes para a organização de um



ensino, que passava a ser pensado como sequencial organizado, sistematizado e minuciosamente ordenado.

A partir do século XVII, as concepções educacionais protestantes seriam irradiadas por meio da palavra de teóricos que desejavam adequar o espírito do tempo para o campo educativo. Com o objetivo de atingir um procedimento metodológico capaz, se aplicado, de fazer com que todas as crianças aprendessem, pode-se dizer que o pastor calvinista e educador Comenius, quando da publicação de sua *Didática Magna*: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos, fundava a Pedagogia como área do conhecimento. A educação cristã reformada e democrática partiria, pois, da aposta na possibilidade de instrução universal como necessidade de aperfeiçoamento social e de aprimoramento individual.

A formação de uma ética protestante, na perspectiva calvinista, relaciona-se, em certa medida, com a disposição para o trabalho árduo, hábitos de perseverança, de racionalidade, a capacidade de inovação e a abertura para o risco, senso de propósito maior e entrelaçamento com o transcendente. A educação protestante estruturar-se-ia mediante a expectativa de cada um dar o máximo de si à sociedade. Compreende-se que essa maximização das potencialidades individuais tem como contrapartida uma dada dimensão de realização pessoal e humana.

Tais disposições de espírito são complementadas por uma formação de base que valoriza alguns aspectos essenciais no convívio humano, como a honestidade, a tolerância para com o outro, a confiabilidade, o sentido de cooperativismo, o senso de responsabilidade social, o autodomínio, a honra, a tenacidade e a perseverança. Tais habilidades, desenvolvidas pela educação e exercitadas pelo hábito social, teriam como resultado o acréscimo do capital social; um dado padrão de convivência coletiva, de sociabilidade nacional, capaz de contribuir efetivamente para o aprimoramento dos padrões civilizatórios. Pode-se dizer que a educação de matriz protestante compreende a prática e o exercício da virtude e do justo meio como atitudes necessárias a uma vida harmoniosa, disciplinada e pautada pela dimensão do trabalho; uma vida solidária, cooperativa, que, ao desenvolver plenamente as potencialidades individuais, contribuirá para o aprimoramento da convivência coletiva. Formar cada um para um ambiente fraterno entre todos. Eis o propósito da ética educacional calvinista.

2.4. PRINCÍPIOS FILOSÓFICOS E PRESSUPOSTOS TEÓRICO-EPISTEMOLÓGICOS NORTEADORES DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DA INSTITUIÇÃO

2.4.1. Princípios Filosóficos

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília se propõe à prática do ensino, iniciação científica e extensão com sólidos fundamentos filosóficos que norteiam sua ação. Consciente de que toda a filosofia possui, a priori, pressupostos epistemológicos, a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília firma-se em princípios e valores presentes no cristianismo, especialmente na cristalização e exposição definidas pela Reforma Protestante. Baseada nesses princípios e valores desenvolve o seu curso de raciocínio e ação. Assumimos, portanto, que os pontos abaixo são fundantes para a consecução das práticas acadêmicas da instituição:

1. Não existe neutralidade, quer científica, quer filosófica. Segundo a “Carta de Princípios” do Instituto Presbiteriano Mackenzie (2005),



toda instituição de ensino, pública ou particular, é confessional. A prática do ensino requer uma filosofia de educação, que, por sua vez, exige ideias, métodos e valores e se orienta para um ideal na educação. Por trás disso, e influenciando cada escolha que se faz, está uma concepção de vida, de mundo, do ser humano, que por fim irá determinar o método (LOPES, 2005).

O educador Paulo Freire confirma a impossibilidade da neutralidade afirmando que todo processo educacional é também um momento de intervenção. (FREIRE, 2008.). Estar no mundo sem fazer ciência e teologia é impossível. Isto implica no entendimento de que todo o desenvolvimento cognitivo, desde a filosofia particular de vida do indivíduo, passando pela sua concepção a respeito da natureza do ensino, do professor, da aprendizagem, do papel do aprendiz e tudo que está envolvido no processo educacional e, de maneira específica, a teoria de aprendizagem, carrega os traços da filosofia escolhida como fundamento.

2. Os **quatro pilares** da educação, por exemplo, apresentados no Relatório da Comissão Internacional para a Educação no Século XXI, sob a coordenação de Jacques Delors (1996): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser; podem ser tomados tanto de uma perspectiva puramente humanista, como também podem ser vistos e interpretados dentro de uma ótica cristã reformada. Conforme nossos princípios cristãos o conhecimento é importante e sua assimilação nos leva a olhar, também, para o Autor do conhecimento; não estamos aqui por acaso, mas para fazer algo de mérito e qualidade; o convívio de uns com os outros é essencial, pois somos criaturas sociais, mas também convivemos com a realidade do nosso Criador; e o conhecimento do eu, proporciona a base para a amplitude do saber e demonstra a nossa dependência do Transcendente e Eterno.

3. Na perspectiva cristã reformada adotam-se, também, **quatro marcos** para compreensão da realidade: a criação, a queda, a redenção e a consumação. Ao contrário de filosofias que entendem a História como o simples desenvolvimento do acaso, compreendemos que ela tem começo, meio e fim; que as pessoas têm um propósito definido para a sua existência e que este propósito não foi autodeterminado. Entende-se, portanto, que o processo educacional está inserido em um contexto que carece de redenção, tanto individual como cultural e encaramos a História com otimismo, sabendo que a justiça triunfa.

4. Nossa epistemologia parte de uma visão da realidade que considera o mundo como fruto de uma criação e não como o produto de um processo impessoal e aleatório. Logo, o teísmo cristão é parte integrante do que assumimos como base filosófica e é inerente à nossa formulação sistêmica. Isto reconhece a relação “Criador-criatura” na qual a criatura é responsável pelos seus atos diante do Criador, nas suas escolhas, no cuidado e na transformação da criação. A tarefa da educação está diretamente associada com essa relação Criador-criatura e tem um papel transformador sobre os personagens envolvidos: tanto o professor como o estudante, ambos agentes de transformação social.

As implicações dessa compreensão são extensas: além dos fundamentos filosóficos acima explicitados, reconhecemos que é papel da Faculdade mostrar-se como agência de excelência educacional, não apenas fornecendo conteúdos e saberes isolados aos seus estudantes, mas propiciando uma educação unificada que envolve a busca da verdade (por acreditar que a verdade existe), o comprometimento com a verdade (por acreditar que a verdade tem um referencial externo ao homem), o pleno desenvolvimento das pessoas (por acreditar no potencial humano criado por Deus), a comunicação da esperança (por acreditar



que o homem não se limita a este mundo), e o envolvimento social pleno (por acreditar que o homem é responsável diante do Criador).

Para que tais resultados sejam alcançados, espera-se do professor uma postura que suscite desafios, promova o diálogo e experiências construtivas, que valorize a iniciação científica como modo de obter o conhecimento do mundo criado, organizando o conteúdo e o desenvolvimento das habilidades. O estudante, como aprendiz, não só deve receber conteúdos sistematizados, mas para aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser será orientado quanto à conduta pessoal no desenvolvimento da sua dignidade como criatura e no seu caráter, buscando integridade. Como aplicação desses valores à vida comunitária, busca-se a aprendizagem do ser com os valores cristãos da lealdade, respeito mútuo, compreensão, honestidade e humildade. E por fim, no exercício da atividade profissional, objetiva-se a demonstração clara da ética, competência, criatividade, componente curricular, dedicação e disposição para o trabalho comunitário, virtudes amplamente incentivadas na Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília.

2.4.2. Pressupostos Teórico-Epistemológicos da Abordagem Pedagógica

A organização dos princípios pedagógicos da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília é fundamentada em **quatro pilares** interdependentes: currículos integrados; aprendizagem significativa; metodologias ativas e avaliação por competências.

Nos currículos integrados, as práticas pedagógicas almejam contribuir para a formação integral do ser. Por isso, a disposição das unidades curriculares que o compõem, não podem ser isoladas, fragmentadas e impositivas. Mas, dispostas de tal forma que reflita uma capacidade de reconstruir saberes, mediante as funcionalidades dos conteúdos com as demandas da realidade e do mercado de trabalho. Com isso, o conceito norteador de aprendizagem será o de aprendizagem significativa. Esta compreende que ideias expressas simbolicamente interagem de maneira substantiva e não arbitrária com aquilo que o aprendiz já sabe. Substantiva quer dizer não-literal, não ao pé da letra, e não arbitrária significa que a interação não é com qualquer ideia prévia, mas sim com algum conhecimento especificamente relevante já existente na estrutura cognitiva do sujeito que aprende. (AUSUBEL, 2003). Desta forma, as práticas pedagógicas serão direcionadas por metodologias ativas, processos interativos de conhecimento, análise, estudos, pesquisas e decisões individuais ou coletivas, com a finalidade de encontrar soluções para um problema, caso, construir e executar um projeto. (CECY, OLIVEIRA E COSTA, 2010). Os métodos de aprendizagem ativa trabalham intencionalmente com problemas para o desenvolvimento dos processos de ensino-aprendizagem e valorizam o aprender a aprender (BERBEL, 1998). Isto posto, o estudante será avaliado por instrumentos verificadores das competências que foram desenvolvidas ao longo do “processo de ensinagem” (ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P, 2004, p. 15). A avaliação por competências está ancorada nas contribuições de Perrenoud (1999) e significa mudança de ênfase de avaliação de conteúdos memorizados, para avaliação de processos gerais de raciocínio num espectro de conhecimentos inter- transdisciplinares que se organizam em conteúdos conceituais, atitudinais, procedimentais e factuais, manifestando-se na consolidação de um saber fazer.

O objetivo é que os pilares teóricos-epistemológicos sejam transmutados no modelo CHAVE (conhecimentos, habilidades, atitudes, valores e experimentações) de gestão pedagógica e materializados em práticas educativas. Tal modelo está melhor descrito nos PPCs dos cursos.



Dentro dessa concepção pedagógica, com seus respectivos pressupostos, e considerando os princípios que norteiam as Diretrizes Curriculares Nacionais e respectivos marcos regulatórios propostos pelo MEC, foi definida a visão institucional da FPMB a respeito da elaboração dos Projetos Pedagógicos de Cursos (AGUIAR NETO, 2012). Essas diretrizes serviram de base para o presente PPI.

Fundamentada na abordagem de caráter interacionista, a FPMB incentiva o protagonismo estudantil no processo de ensino-aprendizagem. O que se propõe ao estudante, inclusive no âmbito das DCNs (Diretrizes Curriculares Nacionais) é que seja ativo no desenvolvimento de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores em contextos de experimentação, demandados pelos próprios conteúdos inerentes aos Componentes Curriculares dos cursos. As metodologias de ensino, como dito anteriormente, devem favorecer esse protagonismo, utilizando-se de técnicas consideradas ativas, como os projetos de práticas investigativas, projetos de experimentação, resolução de problemas, estudos de caso, entre outras que poderão ser desenvolvidas. Essa abordagem pedagógica cria condições para o desenvolvimento da capacidade do estudante de aprender a aprender, incentivando-o à busca de informação e da formação continuada exigida para a sua atuação na sociedade.

Nessa perspectiva de currículo de engajamento, a abordagem pedagógica adotada pela Instituição orienta o docente na sala de aula, ou fora dela, quanto ao aprofundamento de questões como a interdisciplinaridade, bem como para o desenvolvimento de atividades de síntese e integração de conhecimento na promoção da formação do estudante.

2.5. ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA DA INSTITUIÇÃO

2.5.1. Plano para atendimento às diretrizes pedagógicas

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, conforme já afirmado, é uma instituição de tradição e pioneirismo. Assim, primando por valores cristãos, e valorizando suas tradições, busca também inovar, questiona suas práticas para constantemente fundamentá-las nos princípios já declarados e na contínua atualização metodológica, mobiliza a busca por alternativas diferentes no enfrentamento dos problemas cotidianos, promove a aprendizagem de seus participantes, estimula a aprendizagem em equipe.

Com o objetivo de direcionar a organização didático-pedagógica institucional, a inovação é a primeira diretriz. As demais são a interdisciplinaridade; flexibilização curricular e o protagonismo estudantil.

Tratando-se de inovação, qualquer que seja, não começa do zero, mas parte da história, das relações e dos trajetos em que determinada prática está inserida. De acordo com Carbonell (2002, p. 16) a inovação,

É um conjunto de intervenções, decisões e processos, com intencionalidade e sistematização que trata de modificar atitudes, ideias, culturas, conteúdos modelos e práticas pedagógicas e introduzir novos materiais curriculares, estratégias de ensino e aprendizagem, modelos didáticos e outras formas de organizar e gerir o currículo, a escola e a dinâmica da classe.

Dessa forma, a Faculdade planeja, discute e sistematiza seu plano de trabalho. Além disso, entende que a inovação deve envolver os atores da Faculdade em um processo de



colaboração e comprometimento com esses planos e construções. Assim se procede ao planejamento de práticas inovadoras em diversos setores de sua atuação.

Outro princípio norteador das práticas pedagógicas institucionais é a interdisciplinaridade.

Segundo Fazenda (1994), a interdisciplinaridade nasceu na França e na Itália, em meados da década de 60, num período marcado pelos movimentos estudantis que reivindicavam um ensino mais sintonizado com as grandes questões de ordem social, política e econômica. De fato, esta visão sobre o trabalho com o conhecimento veio a ser corroborada na filosofia com as contribuições de Edgar Morin. Este introduziu o conceito de complexidade no mundo pedagógico. Ele definiu o termo como sendo “o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal” (MORIN, 2001, p. 20) Tem havido grandes movimentos e proposições no campo da pedagogia incentivando e promovendo a organização de currículos de forma mais interdisciplinar; a inserção de temas transversais, o trabalho com projetos. No entanto, o sistema educacional ainda está fragmentado. Os conteúdos e os componentes curriculares são, em geral, trabalhados de maneira isolada pelos docentes. Não costuma haver uma associação entre os componentes curriculares. Contudo, na Faculdade Presbiteriana Mackenzie, a partir mesmo de sua fundamentação filosófica, há uma busca pelo estabelecimento de relações entre os conhecimentos, daí um dos pilares indicarem os currículos integrados em seus referenciais. Compreende-se, em concordância com Schaeffer, que uma educação verdadeira “significa pensamento pela associação de vários componentes curriculares, e não apenas ser altamente qualificado em determinado campo, como um técnico deve ser”. (2002, p. 30)

Entende-se, portanto, que a interdisciplinaridade não está ligada apenas à organização dos conteúdos em si, mas também à ação do professor e do processo de ensino que ele utiliza para que o estudante aprenda, bem como à organização que a instituição propõe para que o estudante se movimente entre as várias áreas de conhecimento e componentes curriculares acadêmicos.

Tanto a interdisciplinaridade, quanto a transdisciplinaridade ocorrem no sujeito, no professor e no estudante e surgirão a partir das possibilidades concebidas no âmbito dos processos de ensino e de aprendizagem. Quanto ao professor, que domina o componente curricular, que entende profundamente as hierarquias conceituais nele presentes e que adota processos de ensino planejados e intencionais, cabe atravessar fronteiras dos componentes curriculares e encarar a complexidade da realidade do pensamento pontual. Aos estudantes cabe o desafio de romperem, invadirem e mesclarem essas fronteiras na busca de solução às questões postas pelos problemas do cotidiano e das áreas de saberes diversos.

A capacidade de conectar ou “atravessar fronteiras” pode ser desenvolvida por professores, e surge da força da identidade do estudante relacionada ao componente curricular, assim como dos problemas que ele/ela julga que os conceitos contidos nos componentes curriculares sejam incapazes de resolver adequadamente. (...)

(...) o campo de produção de conhecimento, “uma forma de interdisciplinaridade” é uma parte normal do crescimento do conhecimento.



É uma que surge da abertura e suas limitações dos campos do conhecimento e não de algum princípio externo imposto. No contexto da escola, é responsabilidade do professor da componente curricular monitorar, criticar e, às vezes, apoiar aqueles estudantes que lutam para se mover além das regras da componente curricular. (YOUNG, 2011, p. 619)

Objetiva-se, assim, que os projetos pedagógicos dos cursos da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília garantam a possibilidade do estudante se movimentar entre as várias áreas dos saberes, buscando as interlocuções e as complementações de sua formação. Assim, os NDEs (Núcleos Docentes Estruturantes) têm a liberdade para inovarem e usarem a criatividade na elaboração de seus PPCs (Projetos Pedagógicos de Cursos).

Alguns procedimentos são importantes para que se possa ser bem sucedido no desenvolvimento de uma organização curricular inovadora e do protagonismo estudantil. Uma das orientações para isso é a ênfase que as próprias DCNs colocam na redução do tempo que o estudante passa dentro de uma sala de aula. Consequentemente, as Atividades Complementares são consideradas de fundamental importância no desenvolvimento do currículo e exigem, da parte do estudante e da Faculdade, sistematização e organização para seu cumprimento.

As atividades de síntese e integração de conhecimentos são também a oportunidade tanto para o desenvolvimento do protagonismo estudantil como para o estímulo à interdisciplinaridade. Por intermédio não apenas do Trabalho de Conclusão de Curso, nos cursos de bacharelado, como também por meio de outras atividades de síntese, o estudante poderá atravessar as fronteiras do componente curricular específico dentro de sua área de formação e até vizinhas e complementares à sua área de formação, fazendo as sínteses de saberes. Destaca-se para isso, as práticas investigativas desenvolvidas em todas as unidades curriculares, e os projetos de experimentação designados nos Laboratórios de Práticas Interdisciplinares.

Essa mobilidade e flexibilidade na construção do currículo do estudante possibilita uma formação profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes, sem abrir mão da fundamentação técnica e teórica de sua área de formação.

Para atingir os objetivos de sua atuação na área de ensino, investigação científica e extensão, a Faculdade declara, em acordo com os aspectos gerais da maioria das Diretrizes Curriculares Nacionais que objetiva formar profissionais com:

- a) Formação generalista, humanista e reflexiva;
- b) Visão do seu contexto socioeconômico e cultural;
- c) Preocupação ambiental;
- d) Visão crítica, criativa e empreendedora;
- e) Competências e habilidades, explicitadas no PPC, requeridas para o exercício profissional;
- f) Atitudes com ênfase nos princípios e valores de uma Instituição de Ensino Superior confessional reformada.

As Diretrizes Curriculares apresentam uma clara e explícita articulação entre os elementos de competências, habilidades e atitudes, as estratégias de ensino e aprendizagem e os esquemas de avaliação. Assim, alguns paradigmas quanto aos processos usuais de avaliação precisam ser reformulados e pensados em função dos resultados almejados. A avaliação precisa ser formativa e emancipatória, com instrumentos de avaliação diversificados, usados como balizas para o docente e para o estudante reformular seus processos de ensino e aprendizagem. Mais uma vez, isso não deve desconsiderar o



momento de síntese e fechamento de processos avaliativos, ou a avaliação somativa, com aferição periódica, mas que também, deverá servir ao processo com elementos para reflexão.

Diante do exposto, a Faculdade entende que o modo como o professor desenvolve o processo de ensino e aprendizagem permitirá o desenvolvimento do estudante. Professor, conteúdo e estudante desempenham papéis fundamentais e complementares.

Saber ensinar, saber fazer o outro aprender é importante no desempenho da docência, por isso, conforme Roldão (2007, p. 102):

Saber produzir essa mediação não é um dom, embora alguns o tenham; não é uma técnica, embora requeira uma excelente operacionalização técnico-estratégica; não é uma vocação, embora alguns a possam sentir. É ser um profissional de ensino, legitimado por um conhecimento específico exigente e complexo.

Valoriza-se, portanto, a busca de aperfeiçoamento e excelência no exercício da profissão do ensino. Na Faculdade, dá-se ênfase a atividades e eventos de reflexão e formação continuada dos docentes e todo o pessoal que lida com os estudantes, na compreensão de que a Faculdade é uma comunidade de aprendizagem. Para tanto, ela propõe e oferece espaços e mecanismos para esse desenvolvimento profissional. Além da oferta, espera-se que o próprio docente busque seu aperfeiçoamento em suas respectivas áreas. A pesquisa como instrumento metodológico é também uma modalidade de formação continuada, pois o docente, em um processo de busca da inovação tecnológica e metodológica deve fundamentar suas ações para desenvolver uma prática que se caracterize pela excelência. Demo (2010) resgata em seus estudos a pesquisa subsidiada por dois princípios, o científico e o educativo. No primeiro caso, a pesquisa se configura sob a exigência metodológica, o estudo especializado, trata-se da pesquisa como um dos fins da Universidade e de entidades de pesquisa. O princípio educativo da pesquisa, tomado como referencial para a FPMB, alude ao seu valor pedagógico por empreender processos de construção de conhecimento, decorrente de exercícios de argumentação e contra argumentação, fomento da autoridade do argumento, mobilizando autoria do conhecimento. Tanto de quem aprende, como de quem ensina. É na atividade de pesquisa que a formação do docente e discente é potencializada, por ser gerada no próprio processo de construção do conhecimento. Especificamente relacionado ao aluno, o autor afirma que “quando o aluno aprende a lidar com o método, a planejar e a executar atividades de pesquisa, a argumentar e a contra-argumentar, a fundamentar com autoridade do argumento, não está só fazendo ciência, está igualmente construindo a cidadania sob o pensar”. (2010, p. 20). Em relação ao docente, nos espaços de formação continuada, por exemplo, as contribuições das atividades de pesquisa também são destacadas por Diniz Pereira e Kenneth Zeichner, (2002) dois pesquisadores do campo de formação de professores. Segundo esses autores, potencialmente o desenvolvimento profissional do professor é assegurado de forma interessante e eficaz. Isto porque, a prática investigativa pressupõe a articulação de processos cognitivos, linguístico, criativos, dialógicos, interferindo positivamente na constituição dos saberes docentes e na compreensão de sua própria prática profissional.

Fazer uso da pesquisa como instrumento metodológico em nossas aulas na perspectiva de Demo (2008, p. 36), é compreendê-la como questionamento reconstrutivo. Promover aos



estudantes espaços de questionamentos sobre um problema proposto, de tal modo que o esforço de desconstruir e reconstruir teorias e práticas estejam orientados por dúvidas e desconfiças necessárias para ir além das aparências, das crenças, do senso comum é substancial. Porém, o questionamento precisa ser reconstrutivo. Isso promove a participação inteira do estudante pela crítica e autocrítica no percurso dialético, que nunca parte do nada, parte do que já fez e vive fazendo, evoluindo para novos patamares e dimensões, ainda que provisórios. A reconstrução seria no entendimento do autor, o aprender a refazer e refazer-se na própria aprendizagem.

A seguir, são apresentadas as políticas que sustentam a organização didático-pedagógica da Faculdade, quanto ao ensino, às atividades investigativas e à extensão. Esse PDI foi desenvolvido tendo por base os pressupostos pedagógicos apresentados e os princípios filosóficos das DCN's, da Missão e Visão da Faculdade, que podem ser apresentados em alguns pontos que foram norteadores de todo o projeto:

- a) Valorização dos Princípios Filosóficos (4 pilares Delors; 4 marcos teológico-confessionais);
- b) Valorização dos Pilares teóricos-epistemológicos;
- c) Valorização do Modelo de gestão pedagógica – CHAVE;
- d) Valorização dos pilares técnico-metodológicos de organização didático-pedagógica (inovação; interdisciplinaridade; flexibilização curricular e protagonismo estudantil).
- e) Valorização da formação básica;
- f) Valorização de atividades de síntese e integração de conhecimentos – Currículos Integrados;
- g) Incentivo às atividades investigativas (projetos de práticas investigativas e projetos de experimentação) e à extensão;
- h) Valorização da inovação tecnológica;
- i) Incentivo ao uso de metodologias ativas subsidiadas por ferramentas tecnológicas educativas;
- j) Ênfase da necessidade de reduzir o tempo em sala de aula com atividades complementares;
- k) Valorização de atividades que desenvolvam o empreendedorismo;
- l) Valorização e incentivo ao protagonismo estudantil – aprendizagem significativa;
- m) Valorização de programas de avaliação de aprendizagem por competências;
- n) Valorização do conjunto de conceitos que desenvolvam uma visão geral de aspectos sociais, políticos, econômicos e ambientais;
- o) Flexibilização curricular;
- p) Incentivo à internacionalização;
- q) Revisão periódica do PPC.

2.5.1.1 Criação de cursos

Ao longo dos próximos anos, a Faculdade propõe-se a criar cursos que atendam às demandas e necessidades da sociedade e que sejam consonantes com os princípios e as orientações estabelecidos no “Planejamento Estratégico 2025-2029” do Instituto Presbiteriano Mackenzie e declarados neste PDI. Esses cursos serão criados na cidade de Brasília, no Campus da Faculdade, de acordo com os estudos e projeções regionais e nacionais. Ainda, considerando a necessidade do país de aumentar a oferta de ensino de qualidade, cursos tecnológicos serão criados, considerando estudos e disponibilidade de polos. Os cursos tecnológicos serão criados como maneira de atender à necessidade de



formação de profissionais para ingresso mais rápido no mercado, sem renunciar ao estímulo à formação integral da pessoa e mantendo o estímulo continuado em cursos de bacharelado e pós-graduação.

2.5.1.2 Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular é garantida por lei. O Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172 de janeiro de 2001) prevê diretrizes curriculares que “asseguem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientela e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem”.

Há também pareceres do CNE (nº 776/97 e nº 583/2001) que defendem flexibilidade na organização de cursos, para atender à crescente heterogeneidade da formação inicial e às expectativas e interesses dos sujeitos que fazem a educação, bem como a revisão dos cursos que burocratizados e fragmentados revelam incongruência com as tendências contemporâneas para uma boa formação na graduação como uma etapa inicial da formação continuada.

Assim a Faculdade busca ampliar a flexibilidade curricular como prática pedagógica que favorece o desenvolvimento da autonomia do estudante e a sua formação interdisciplinar e integral. Essa flexibilização implica em rever os componentes curriculares, buscando aspectos integradores e organizações que favoreçam a interdisciplinaridade. Também impõe que se articule, no processo de formação do estudante, maior comunicação e permeabilidade entre diferentes cursos, buscando eixos comuns e interdisciplinares que permitam a formação ampla dos universitários, com mobilidade entre cursos. A integração entre cursos por meio de eixos temáticos comuns é uma prática que estimula a mobilidade do estudante e favorece sua formação interdisciplinar.

Na “sociedade do conhecimento”, uma das habilidades exigidas é a de trabalhar em grupo, pensar coletivamente, com pessoas com pontos de vistas e conhecimentos diferenciados. Acreditamos que favorecer a convivência entre estudantes de diferentes áreas do saber por meio de componente curriculares que tenham um eixo comum é uma forma de desenvolver essa habilidade. Ampliar o desenvolvimento de atividades relacionadas a empreendedorismo, incluindo no currículo projetos e/ou componentes curriculares que estimulem o empreendedorismo é também uma exigência que se faz na inserção social dos cidadãos.

Nessa perspectiva, também se busca ampliar a integração entre a graduação e a pós-graduação. Esta deverá ocorrer não apenas por intermédio de docentes que lecionem em ambos os níveis de ensino, mas também pela participação de estudantes em grupos de pesquisa da pós-graduação e até na possibilidade de o estudante frequentar aulas de determinados componentes curriculares da pós-graduação, conforme cada curso reger.

2.5.1.3 Desenvolvimento dos Currículos

As inovações devem abranger também os princípios metodológicos adotados pelos professores e declarados nos Projetos Pedagógicos de Curso, buscando a excelência nos processos de ensino e aprendizagem. De acordo com Hargreaves (2004), a sociedade em que vivemos é uma “sociedade do conhecimento”. Entendemos que já avançamos para o que se intitula de sociedade contemporânea, que lida com um fluxo de informações e produção de conhecimento veloz e complexo. Ensinar nessa sociedade envolve uma característica de



ensino e aprendizagem diferenciada. Trabalha-se com aspectos cognitivos que envolvem práticas investigativas, produção coletiva de conhecimento, habilidades e competências face a solução de problemas, disposição para o risco, competência para interagir com as mudanças e para a busca do aperfeiçoamento constante. Isso exige que os docentes organizem suas aulas considerando as competências da profissão e da área em que estão atuando e ensinando. O estudante deverá mobilizar habilidades e articulá-las com conhecimentos, conceitos específicos e desenvolver competências necessárias para atuar nessa sociedade. Nessa direção, a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília investirá em práticas de planejamento e discussão sobre a função dos Planos de Ensino e sobre a organização das aulas de forma a articular objetivos voltados para a aprendizagem significativa dos estudantes nas dimensões conceituais, de habilidades, de atitudes, de valores, contextualizados em práticas investigativas e em projetos de experimentação.

Em contextos educativos a avaliação é chamada a desempenhar funções essencialmente formativas. Isso significa que a avaliação deve estar a serviço de quem aprende e de quem ensina. Se o objetivo é formar o estudante autônomo em relação aos seus posicionamentos diante da sociedade, responsável frente aos resultados de suas ações, pautando-se sobre valores cristãos e universais, como também sobre conteúdos pertinentes à sua área de atuação, a avaliação tem um papel fundamental em todo o processo. Assim, entende ser importante adotar processos de avaliação da aprendizagem que reflitam uma visão de avaliação por competências, pela qual o estudante será avaliado a partir do “ser capaz de”, ou seja, como responde de forma eficiente as situações problema que lhe são apresentadas.

2.5.1.4 A formação continuada dos docentes

Para manter e incentivar uma prática que alcance esses objetivos inovadores e que reflita a excelência do ensino, envolvendo e contagiando a todos, a Faculdade busca ampliar a formação continuada dos docentes que nela atuam. Para tanto, pretende criar programas de formação docente, de maneira a estimulá-los a desenvolverem novas metodologias e reflexões sobre currículo, práticas pedagógicas, aprendizagem, avaliação e outros aspectos da docência no Ensino Superior. A Faculdade também busca incentivar e apoiar a educação superior por meio de cursos de mestrado, doutorado e estágios de pós-doutoramento para os docentes da Instituição. Além disso, tem como meta instalar um programa permanente de formação de grupos de estudo e discussão sobre assuntos relacionados à docência.

2.5.1.5 Atendimento aos Discentes

Ainda no que se refere ao atendimento aos estudantes, a Faculdade busca aperfeiçoar constantemente os processos de Apoio Pedagógico, atendimento psicossocial e espiritual aos discentes por intermédio de programas de extensão bem como pelas iniciativas de Responsabilidade Social. Ações específicas e programas de apoio ao discente serão mais detalhados no capítulo 6 deste PDI.

2.5.1.6 Projetos Pedagógicos

A Faculdade tem como meta manter uma política de acompanhamento e revisão continuada de Projetos Pedagógicos de Curso que contemplem diretrizes pedagógicas específicas para o desenvolvimento de competências e habilidades, e que atendam ao perfil desejado dos egressos, às Diretrizes Curriculares Nacionais e aos Marcos Regulatórios



fixados pelo MEC, bem como às peculiaridades regionais, além dos princípios e valores declarados no PDI.

A organização da Matriz curricular deverá favorecer oportunidades para que o estudante possa buscar diversificar sua formação demandando componentes curriculares em cursos diversos e complementares ao que está realizando.

Considerando as transformações na organização do ensino superior no Brasil, a dinâmica do conhecimento científico e tecnológico, as eventuais adequações da estrutura administrativo-pedagógica da Faculdade e, sobretudo, a contínua necessidade de atualização das práticas de ensino, das atividades de iniciação científica e dos conteúdos dos componentes curriculares de todas as áreas, será levado a efeito, para o período 2025 a 2029, um processo contínuo de revisão dos Projetos Pedagógicos de Curso.

Nesse processo devem ser considerados, principalmente, os seguintes elementos:

- a) histórico do curso e da instituição;
- b) condições objetivas de oferta e a vocação do curso;
- c) objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social;
- d) perfil profissional desejado e competências e habilidades gerais e específicas pretendidas;
- e) cargas horárias dos componentes curriculares, complementares, de integração de conteúdos e extracurriculares da integralização do curso;
- f) aspectos metodológicos do processo de ensino-aprendizagem (execução curricular e processo de avaliação do estudante);
- g) estratégias de flexibilização curricular que envolvem: estratégias de internacionalização; estratégias de interdisciplinaridade (integração curricular de componentes curriculares cursadas pelo estudante fora do curso ou até da própria instituição);
- h) políticas Institucionais de Apoio Discente;
- i) políticas de ética em iniciação científica;
- j) políticas Institucionais de Apoio Docente;
- k) políticas de Comunicação Institucional;
- l) políticas em EAD no ensino presencial;
- m) políticas institucionais de educação ambiental, socioeducacional e de respeito à diversidade no contexto do ensino, da iniciação científica e da extensão;
- n) estrutura curricular (componentes curriculares com ementas, créditos, cargas horárias, teóricas e práticas, bibliografia básica e complementar):
 - atividades complementares (mecanismos de planejamento e acompanhamento das atividades, oferta regular de atividades pela Faculdade, incentivo à participação fora da Faculdade, Empresas Juniores, monitorias, atividades de extensão e outras atividades empreendedoras, visitas técnicas etc.);
 - estágio supervisionado e práticas de ensino (mecanismos de acompanhamento e cumprimento das atividades, formas de apresentação dos resultados, relação estudante/orientador, participação em atividades internas e externas);
 - atividades de integração e síntese de conhecimentos: Trabalho de Conclusão de Curso (mecanismos de acompanhamento e cumprimento do TCC e meios de divulgação);
 - mecanismos e Programas de Iniciação Científica e Tecnológica;



- projetos de Extensão.

o) Articulação da autoavaliação do curso com a autoavaliação institucional.

Com vistas ao contínuo aperfeiçoamento e aprimoramento dos cursos oferecidos, os Núcleos Docentes Estruturantes deverão se reunir semestralmente para a elaboração e acompanhamento da implantação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos pretendidos neste PDI. Os projetos deverão ser avaliados periodicamente para permanecerem adequados às diretrizes curriculares nacionais, ao perfil profissional desejado e às características locais, regionais e nacionais.

2.6. POLÍTICAS DE ENSINO

2.6.1. Práticas pedagógicas

Para construir seus Projetos Pedagógicos de Curso, a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília define as diretrizes pedagógicas básicas a partir das orientações pedagógicas gerais que são preconizadas neste PDI. Os cursos de graduação devem desenvolver um trabalho que confirme os valores de formação integral do homem, confirmem os valores bíblicos e cristãos de que o homem é uma criatura que deve se responsabilizar pelos seus atos, deve agir com responsabilidade e com princípios de sustentabilidade no uso de recursos da natureza e que deve agir em direção ao outro, com respeito e valorização pelo outro como criatura semelhante a si. Nessa direção, os princípios filosóficos da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília estão em consonância com os quatro pilares da educação desenvolvidos por Jacques Delors e sua equipe e divulgados pelo relatório da Comissão Internacional para a Educação no Século XXI para a UNESCO (1996): aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Aos quais se alinham os pilares teóricos-epistemológicos referendados nesse documento, expressos no modelo de gestão pedagógica CHAVE. Assim, as práticas de ensino e de avaliação desenvolvidas pelos docentes, deverão considerar a aprendizagem significativa dos seus estudantes, o uso de metodologias ativas que promovam o desenvolvimento de competências e habilidades requeridas na formação integral do educando e na sua formação para o trabalho, nas diversas carreiras de nível superior, contextualizados em espaços- tempos dos currículos integrados.

Outro aspecto importante no desenvolvimento do ensino é a integração, simultânea, entre teoria e prática. Isso deve ser revelado desde a proposição dos objetivos de aprendizagem que os docentes expressam nos Planos de Ensino, de maneira a declararem a inter-relação de competências e habilidades, até o desenvolvimento das atividades de aprendizagem na aula, que utilizem estratégias que promovam a articulação entre o saber fazer e o saber conhecer do estudante além de desenvolverem atitudes e valores específicos na direção do saber ser. Assim, o processo de ensino e aprendizagem ganha relevância. O ensino não será centrado no professor, apesar de sabermos que é ele que articula inicialmente os saberes e a prática ao planejar sua aula; mas não é também centrado no ativismo do estudante. Há uma articulação entre os saberes da área, os saberes do professor e as ações do estudante com estes saberes no processo de se apropriar e conhecer e de desenvolver suas competências.



2.6.2. Seleção de conteúdos para os cursos de graduação: Competências e habilidades

Para alcançar o perfil profissional delineado, devem ser selecionados conteúdos que favoreçam o desenvolvimento de competências e habilidades nos estudantes, e devem ser selecionadas boas estratégias para que o estudante se aproprie dos conceitos e competências necessárias para atuar na área do conhecimento. A seleção dos conteúdos passa pelo direcionamento das DCNs e das entidades profissionais e pesquisadores das várias áreas de conhecimento.

O conhecimento incluído no currículo deve basear-se no conhecimento especializado desenvolvido por comunidades de pesquisadores. (...). No entanto, essas comunidades de pesquisa não se envolvem com as escolas. Por conseguinte, o currículo não pode estabelecer como se ganha acesso a esse conhecimento. Esse novo processo de “recontextualização” será específico para cada escola e para a comunidade em que se localiza, e baseia-se no conhecimento profissional dos professores. (YOUNG, 2011. p. 614)

As estratégias de ensino devem ser escolhidas a partir do tipo de conteúdo a ser trabalhado e devem promover a formação dos estudantes de forma que alcancem o perfil de egresso desejado. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais de todos os cursos têm apontado para um currículo que possibilita uma formação profissional generalista e adaptável a situações novas e emergentes. Consequentemente, a Faculdade orienta os professores para que desenvolvam um trabalho de articulação entre conteúdos e estratégias pedagógicas subsidiados pelo modelo CHAVE de forma a favorecer ao estudante, o desenvolvimento de competências para:

- a) Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo em que estiver envolvido, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo de tomada de decisão, com fundamentação ética e responsável;
- b) Desenvolver expressão e comunicação compatíveis com o exercício profissional e o meio, inclusive nos processos de negociação e nas comunicações interpessoais ou intergrupais;
- c) Refletir e atuar criticamente sobre a esfera de sua atuação, compreendendo sua posição e função na estrutura ou sistema sob sua responsabilidade, controle e/ou gerenciamento;
- d) Desenvolver raciocínio crítico e analítico para operar com valores nas relações formais e causais entre fenômenos característicos de sua área de atuação, expressando-se de modo crítico e criativo diante dos diferentes contextos;
- e) Ter iniciativa, criatividade, determinação, vontade política e administrativa, vontade de aprender, abertura às mudanças e consciência da qualidade e das implicações éticas do seu exercício profissional;
- f) Desenvolver capacidade de transferir conhecimentos da vida e da experiência cotidianas para o ambiente de trabalho e do seu campo de atuação profissional, em diferentes modelos e sistemas, revelando-se profissional versátil;
- g) Dominar os conhecimentos científicos básicos da sua área de atuação e ter raciocínio crítico na interpretação dos dados, na identificação da natureza dos problemas e na sua resolução;



- h) Conhecer os princípios da metodologia científica, possibilitando-lhe a leitura crítica de artigos técnico-científicos e a participação na produção de conhecimentos;
- i) Lidar criticamente com a dinâmica do mercado de trabalho e com as políticas de sua área profissional;
- j) Atuar em equipe multiprofissional;
- k) Manter-se atualizado com a legislação pertinente à sua área profissional; e
- l) Manter-se atualizado com a evolução do conhecimento e das práticas profissionais em seu campo de atuação, através do envolvimento com a formação continuada;
- m) Dentro de sua área profissional de formação, ampliar a preocupação com o desenvolvimento de ações sustentáveis e responsáveis em relação ao meio ambiente;

2.6.3. Estratégias de ensino para a graduação: gestão da sala de aula e práticas pedagógicas

A gestão da sala de aula é de extrema importância para uma instituição de ensino que promove atitudes de iniciação científica e a extensão e que o faz a partir de valores e princípios fundamentados na fé cristã. Essa prática de gestão prioriza o respeito ao ser humano e a responsabilidade pelo uso responsável e sustentável dos recursos naturais.

A gestão da sala de aula implica na gestão do conteúdo, na gestão das condutas e de relações interpessoais e na gestão da aprendizagem, de tal modo que, conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, desenvolvidos num contexto de experimentação estejam vinculados. O alvo maior é o desenvolvimento do estudante e o atendimento às necessidades dele para a aquisição das competências necessárias à sua área.

Temos que ter clareza de que o objetivo da docência é a aprendizagem e o aperfeiçoamento do estudante e dos conhecimentos que este tem, é a formação do estudante para melhor atuação ética e profissional. Para se atingir este objetivo, o professor deve imprimir esforços didáticos para organizar e desenvolver os programas com diversos métodos de ensino utilizados para alcançar diferentes modos e estilos de aprendizado dos estudantes.

Ao assim proceder, o professor terá uma interação com seus estudantes e provocará uma interação entre eles, além de se relacionar com todos os aspectos administrativos da escola, a fim de que a sala de aula tenha um funcionamento adequado.

Na Faculdade Presbiteriana Mackenzie, isso é feito de maneira sistemática, envolvendo vários setores da Instituição (Coordenação Acadêmica, Assessoria Didático- pedagógica, Secretaria Acadêmica e Coordenações de Cursos).

2.6.4. Avaliação de aprendizagem

O processo de avaliação deverá fornecer dados para os professores sobre o desenvolvimento das competências propostas para cada componente curricular. A avaliação será diagnóstica e formativa na medida em que puder auxiliar professor e estudante a fazerem ajustes durante o período de aprendizagem. Haverá, a cada semestre, um momento de avaliação somativa, em que os resultados serão aferidos e registrados para fins de aprovação. A avaliação será realizada por meio de instrumentos diversificados, como relatórios, apresentação de trabalhos, trabalhos de equipes, portfólios, provas escritas ou orais entre outros instrumentos que se fizerem necessários para a verificação do alcance das habilidades e competências, bem como atitudes e valores elencadas no Plano de Ensino. A



avaliação do processo de aprendizagem está no Regimento da Faculdade e no Regulamento de Graduação.

A avaliação da aprendizagem é um processo que realimenta tanto o desenvolvimento do estudante como os processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos pelos docentes, portanto a FPMB tem como meta desenvolver estudos permanentes para o aperfeiçoamento desse processo, aprimorando as práticas avaliativas dos professores e estimulando o uso excelente de recursos tecnológicos voltados para esse fim.

2.6.5. Estágios supervisionados e prática profissional

Os estágios, em qualquer caso, são supervisionados, acompanhados e avaliados por professores, sob a coordenação dos cursos e são regulamentados pelo Conselho Superior.

As atividades de estágio, independentemente de sua natureza, serão desenvolvidas, preferencialmente, ao abrigo de convênios celebrados, resguardados os direitos dos estudantes quanto à segurança e à integridade e impedido o desvio de objetivos e finalidades.

O estágio supervisionado deve buscar consolidar os seguintes objetivos:

- a) Proporcionar ao estudante oportunidades de desenvolver suas habilidades, analisar situações e propor mudanças no ambiente em que atuar;
- b) Complementar o processo ensino–aprendizagem, através da conscientização das deficiências individuais e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;
- c) Atenuar o impacto da passagem da vida de estudante para a vida profissional, abrindo ao estagiário mais oportunidades de conhecimento da atividade profissional de sua opção;
- d) Facilitar o processo de atualização de conteúdos dos componentes curriculares, permitindo adequar aquelas de caráter profissionalizante às constantes inovações tecnológicas, políticas, sociais e econômicas a que estão sujeitas;
- e) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando o surgimento de novas gerações de profissionais empreendedores;
- f) Promover a integração Faculdade/Empresa/Comunidade; e
- g) Atuar como instrumento de iniciação científica à pesquisa e ao ensino, levando o docente a aprender a ensinar.

2.6.6. Atividades Complementares

As diretrizes curriculares para os cursos de graduação, aprovadas pelo Ministro da Educação e editadas mediante resolução da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação introduz e torna obrigatórias as Atividades Complementares.

As Atividades Complementares são caracterizadas pelo aproveitamento de conhecimentos, adquiridos pelo estudante, através de estudos e práticas independentes presenciais e/ou a distância, tais como, monitorias, estágios, programas de iniciação científica ou de extensão, voluntariado, estudos complementares, cursos realizados em outras áreas afins, participação em eventos acadêmicos, científicos ou culturais, viagens, programas de estudos e demais atividades pertinentes à formação integral do estudante, sendo componente curricular obrigatório.

São atividades que devem possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades, conhecimentos e competências do estudante, adquiridas dentro ou fora do ambiente escolar.



As Atividades Complementares terão a coordenação geral exercida por professor, designado pelo Coordenador Acadêmico.

As Atividades Complementares serão definidas de forma ampla e abrangente, de acordo com as habilidades e competências e o perfil de egresso que cada curso apresenta, de modo a incentivar o envolvimento e a participação do estudante em uma gama de atividades ampla e variada. Nesse sentido, serão priorizadas as atividades que tenham vinculação direta com o campo de conhecimento e a área de atuação do curso, sem, no entanto, serem desconsideradas as atividades que ampliem a cultura geral, o espírito crítico e a consciência solidária e cidadã do estudante. É nossa meta que cada curso tenha a proposição de atividades complementares organizada de maneira clara e acessível aos estudantes, com infraestrutura própria de organização e registro.

2.6.7. Trabalhos de Curso - TC

A FPMB considera a elaboração dos Trabalhos de Curso um momento privilegiado da formação do estudante no sentido da possibilidade de elaboração da síntese dos conhecimentos adquiridos e do exercício da interdisciplinaridade. Este PDI estabelece a implantação dos Trabalhos de Graduação nos cursos existentes e naqueles pretendidos, sendo o seu cumprimento indispensável para a obtenção do respectivo diploma. Para tanto, há necessidade de elaboração de norma geral da Faculdade, comum a todos os cursos, para a implantação dos Trabalhos de Graduação, sem prejuízo das demais disposições pertinentes, particularmente as Diretrizes Curriculares de cada curso. Cada curso, respeitando suas DCNs, deverá editar suas normas de elaboração, acompanhamento, avaliação e divulgação do TCC de acordo com as normas gerais da FPMB.

Como características da formação desejada para o estudante egresso da FPMB, deverão ser incentivados os TCs, respeitadas as particularidades de cada curso, que tenham aspectos multi e interdisciplinares, bem como deverá ser incentivado que os trabalhos apresentem uma visão clara da realidade e proponham uma interlocução prática com a mesma, fazendo a síntese de conhecimentos teóricos e práticos aprendidos durante o curso.

2.6.8. Atividades de Monitoria

A Monitoria será regida por normas e procedimentos que constituem o Regulamento Geral de Monitoria da FPMB.

A Monitoria deve cumprir sua finalidade consoante os princípios norteadores de sua criação legal e as regras institucionais, a saber:

- a) Despertar no discente o interesse pela prática pedagógica, nos cursos de graduação, no compartilhamento de experiências do processo de ensino aprendizagem, de formação integral e autônoma na construção do conhecimento e no desenvolvimento de componentes curriculares com um número elevado de estudantes e componentes curriculares com alto índice de dificuldades que geram reprovações, regularmente descritas em projeto aprovado pelo Conselho Superior da Faculdade, com a devida justificativa da necessidade de Monitor;
- b) Estimular no discente o interesse de continuar com os estudos após a graduação, fazendo com que ele seja protagonista de sua história e do seu grupo, interagindo para a docência superior;
- c) Assegurar a transmissão da filosofia educacional e das atividades de iniciação científica a novas gerações.



A Monitoria é exercida, única e exclusivamente, em ambiente acadêmico da faculdade ou em áreas afins à atividade e necessária ao cumprimento das atribuições do Monitor.

A duração máxima do exercício da Monitoria será de 1 (um) semestre, renovável uma única vez pelo mesmo período, mediante avaliação e recomendação do Professor Orientador.

Compete ao Monitor, respeitado o projeto de Monitoria, dentre outras tarefas designadas pelo Professor Orientador da componente curricular:

- a) Colaborar nas aulas, seminários, eventos de iniciação científicas e acadêmicos, trabalhos práticos e de laboratórios ou ateliês;
- b) Assistir o Professor na orientação de estudantes, esclarecendo e auxiliando os estudantes nas atividades realizadas em classe e/ou laboratórios e em atividades de iniciação científica;
- c) Selecionar bibliografia e elaborar atividades de iniciação científica na área do componente curricular ou de projetos;
- d) Promover as ações necessárias ao cumprimento e desenvolvimento de projetos a que se encontrar vinculado;
- e) Auxiliar o professor na elaboração de listas de exercícios e trabalhos complementares;
- f) Dirimir as dúvidas dos estudantes quanto aos exercícios e trabalhos complementares;
- g) Dar assistência ao professor na coleta de dados das atividades de práticas investigativas e dos projetos de experimentação, e informações que possam contribuir para a elaboração das atividades em sala de aula e extraclasse;
- h) Disponibilizar um horário específico para plantão de dúvidas;
- i) Apresentar, ao término da Monitoria, relatório das atividades desenvolvidas, em que conste avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que desenvolveu suas atividades;
- j) Desenvolver outras atividades inerentes às funções de Monitor, sob a orientação do professor a que se vincula a componente curricular.

2.7. POLÍTICAS DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília pretende ter a pesquisa como uma das metas no processo de expansão das suas atividades educacionais, implicando na evolução de sua organização, os respectivos objetivos, metas e ações.

Embora a pesquisa seja considerada pela Instituição parte integrante fundamental de sua missão e do processo de ensino, será implantada gradativamente como instrumento privilegiado de evolução e participação efetiva no desenvolvimento social, cultural e econômico da região e do país.

Por outro lado, as diretrizes abaixo serão elementos básicos norteadores da política de pesquisa da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, voltados para o fortalecimento do ensino, especialmente por meio de programas de Iniciação Científica nos cursos de graduação, a saber:

- a) Promover a integração da pesquisa com as atividades pedagógicas e de extensão objetivando à produção de novos saberes;
- b) Incentivar talentos potenciais, contribuir e incentivar a geração de conhecimento e a produção científica nos cursos de graduação, em coerência com os princípios e valores da Instituição e a política nacional de desenvolvimento científico;



- c) Buscar o pleno desenvolvimento cultural – técnico – científico, efetivando acordos e formas variadas de cooperação IES/sociedade, bem como convênios, intercâmbios e parcerias interinstitucionais locais, nacionais e internacionais.

2.7.1. Pós-Graduação *Lato Sensu*

A Pós-Graduação *Lato Sensu* é um sistema de formação intelectual do segmento da educação continuada, destinado ao aprofundamento dos conhecimentos acadêmicos e técnico-profissionais, em campos específicos do saber, integra as áreas de conhecimento vinculadas ou aproximadas aos Cursos de Graduação e destina-se a graduados em cursos de bacharelado ou licenciatura nas áreas específicas do conhecimento.

Os cursos a serem oferecidos em Brasília certamente contarão com a *expertise* da UPM adquirida ao longo do tempo em função de suas atividades nos campi existentes. Vale ressaltar ainda que o corpo docente em grande parte poderá ser utilizado principalmente nos primeiros tempos da implantação da FPMB, o que garantirá a qualidade e excelência dos cursos e formação de corpo docente na região com a marca de qualidade do Mackenzie.

No âmbito da FPMB será exigido dos cursos de *Lato Sensu* duração mínima de 360 horas (trezentos e sessenta) 384 h/a (trezentos e oitenta e quatro horas) e no máximo 432 h/a (quatrocentos e trinta e duas horas aula), distribuídas em componentes curriculares ou módulos, não computados o tempo de estudo individual ou em grupo sem assistência de docente e o tempo destinado à elaboração de monografia ou trabalho de curso. Além disso, não poderá ter período inferior a 06 (seis) meses, podendo os cursos serem ministrados em uma ou mais etapas de duração diferenciada.

É importante mencionar que se pretende usar da tecnologia de ensino à distância no desenvolvimento dos trabalhos finais dos cursos. Os estudantes serão orientados de forma presencial e por meio da plataforma *Moodle*.

Além dos cursos regulares oferecidos ao público em geral, a FPMB em cooperação com empresas, proporcionará programas de educação continuada modulada e preparada especificamente para os seus interesses profissionais. A FPMB no campo da educação continuada, poderá promover seminários, encontros, simpósios, congressos, e outros, de acordo com a metodologia e a extensão temporal.

2.7.2. Iniciação Científica

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília considera a Iniciação Científica elemento chave para o desenvolvimento da capacitação e das competências do estudante, sendo parte integrante de sua política de ensino. Um Programa de Iniciação Científica proporciona a privilegiada oportunidade de se entrar em contato com os diferentes campos do conhecimento e do saber.

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, pretende desenvolver um Programa Institucional de Iniciação Científica, visando o desenvolvimento de uma política de estímulo a esse tipo de vivência e produção intelectual, científica e tecnológica, indispensável ao ensino e a extensão. Tal política prevê o aproveitamento criterioso dos recursos financeiros disponibilizados pela Entidade Mantenedora.

O estudante de Graduação que participar de um Programa de Iniciação Científica, sob a orientação de um professor, terá o seu primeiro contato com a iniciação científica ou tecnológica, aprendendo a aplicar técnicas e métodos científicos pertinentes à área de



conhecimento de seu interesse, e ainda, propiciará a qualificação diferenciada do estudante para o seu ingresso na Pós-Graduação.

Em termos operacionais, o Programa Institucional de Iniciação Científica englobará as etapas: a) um processo seletivo por meio da publicação de Edital no qual constam os pré-requisitos e critérios para inscrição de projetos de pesquisa; b) avaliação dos projetos inscritos por pareceristas ad hoc; c) desenvolvimento dos projetos classificados ao longo de 12 meses; d) apresentação e divulgação em um evento próprio, de Iniciação Científica, dos resultados alcançados nas pesquisas realizadas. Elemento estratégico, o Programa Institucional de Iniciação Científica da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília pretenderá potencializar a formação de uma nova mentalidade no âmbito da Graduação que, ao se voltar para a criação e consolidação futuras de Linhas de Pesquisas, propiciará não só o aprimoramento do ensino e da extensão, mas também o fortalecimento da Pós- Graduação. O Programa se desenvolverá a curto, médio e longo prazo em consonância com as políticas de pesquisa, sinalizadas abaixo:

- a) Despertar a vocação científica e incentivar novos talentos entre estudantes de graduação;
- b) Ampliar o acesso e a integração do estudante à cultura científica e tecnológica;
- c) Oferecer ao estudante a oportunidade de desvendar o processo de geração do saber em atividades de iniciação científica, desenvolvimento tecnológico e inovação;
- d) Contribuir para a formação de recursos humanos que se dedicarão ao fortalecimento da capacidade inovadora das empresas no País;
- e) Estimular uma maior articulação entre a graduação e pós-graduação;
- f) Propiciar aos pesquisadores produtivos a envolverem estudantes de graduação nas atividades científica, tecnológica e artístico-cultural;
- g) Difundir a produção científica/tecnológica dos estudantes por meio de publicação e/ou exposição em Congressos, Jornadas Científicas, Seminários e eventos similares e academicamente reconhecidos.

Como principais metas e ações para a política de Iniciação Científica, para o período de 2020 a 2024, ressaltam-se as seguintes:

- a) Incentivar a participação dos estudantes em projetos de pesquisa relacionados ao desenvolvimento tecnológico e inovação;
- b) Divulgar e dar visibilidade nacional e internacional à atuação e à produção do estudante no âmbito das pesquisas desenvolvidas na Faculdade.

2.7.3. Inovação Tecnológica

A Faculdade contemporânea, além do foco na oferta de ensino de qualidade e na iniciação científica, pretende progressivamente incorporar à sua missão o desenvolvimento econômico e social da comunidade, da região e do próprio País. Dentre as várias ações para alcançar esse objetivo destacam-se a criação de uma cultura empreendedora que permeará toda a Faculdade e a ampliação da inovação tecnológica em cooperação com o mercado e a sociedade.

Para isso, a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília desenvolverá Projetos de Educação Empreendedora, voltada para formação de jovens empreendedores capazes de transformar o ambiente em que atuam.



Na Educação Empreendedora, serão implementados trabalhos objetivando disseminar a cultura empreendedora entre estudantes e docentes. Como ação vertical, serão ofertadas componentes curriculares de empreendedorismo e inovação

2.8. POLÍTICAS DE EXTENSÃO

Entendida como prática acadêmica, a Extensão promove atividades indissociáveis do ensino e da iniciação científica, tendo como objetivo a integração entre segmentos da IES e desta com a comunidade externa. As ações de extensão ampliam o alcance do saber construído ou adquirido na academia, compartilhando-o com a comunidade externa e desta também recebendo insumos, por meio de suas vivências e do “saber popular”. Desse modo, a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília exerce a Extensão como uma prática acadêmica que possibilita sua interligação com as necessidades da comunidade acadêmica (contribuindo para a formação do estudante) e com as demandas sociais e comunitárias, possibilitando a prática da responsabilidade e do compromisso social do ensino superior, orientada para o exercício pleno da cidadania.

As ações de extensão aqui realizadas objetivam promover uma interação transformadora entre a IES e a sociedade, compartilhando com o público externo o conhecimento adquirido em todos os âmbitos do ensino superior. Desse modo, entendendo esse processo como uma relação dialógica, a atividade de extensão procura produzir um novo conhecimento, que se articula com o ensino e a iniciação científica. Mantendo uma perspectiva dinâmica, nossas atividades de extensão nascem da captação de demandas e necessidades da sociedade e da comunidade na qual está inserida, que se coadunam com as expertises internas e que permitem pautar a produção do saber e o desenvolvimento de novos conhecimentos. Tais atividades serão regulamentadas por instrumento formal específico.

A atuação de extensão dar-se-á de acordo com a legislação vigente para a Educação Superior, por meio de programas, projetos, cursos e/ou eventos, como, por exemplo: iniciativas voltadas para sensibilização e prevenção ao uso de tabaco, álcool e outras drogas, projetos e eventos artístico-culturais, orientação e apoio à comunidade em diversas áreas, por meio de palestras abertas entre outros. A participação de parceiros externos será buscada para otimizar a execução das ações, dentro do espírito do fazer de extensão.

2.8.1. Extensão e Gerência de Responsabilidade Social e Filantropia

Na atual conjuntura da gestão de Ensino Superior, sobretudo numa IES filantrópica, confessional e comunitária, o fortalecimento da ligação extensão/responsabilidade social ganha destaque para tratar da relação missão e imagem da instituição. No Mackenzie, o IPM se relaciona com a Extensão amparada na Legislação (Lei nº. 12.101, de 27/11/2009; Decreto nº. 7237, de 20/07/2010) e fundamentado na indissociabilidade Responsabilidade Social e Extensão, conforme demonstram os documentos oficiais da Extensão Universitária no Brasil. Assim, em decorrência da natureza comunitária da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, diversos programas e projetos haverão de ser realizados em cooperação com a Gerência de Responsabilidade Social e Filantropia – GRSF do Instituto Presbiteriano Mackenzie – IPM, a exemplo do que já acontece em outras entidades mantidas.



2.8.2. Cursos e eventos

Os cursos de extensão que serão oferecidos pela FPMB terão por objetivo complementar ou atualizar conhecimentos específicos em diversas áreas, ocorrendo tanto nos semestres letivos regulares quanto nos períodos de férias de verão e inverno.

Faz parte do programa de extensão a realização de eventos, sendo os mais significativos as Semanas Acadêmicas, Simpósios, Jornadas de Iniciação Científica e Ciclos de Palestras, vinculando-se diretamente aos cursos de Graduação. Em dimensão mais ampla, congressos de relevância nacional poderão reunir pesquisadores de renome, em conferências, mesas-redondas e comunicações para atualização e divulgação do conhecimento.

2.9. POLÍTICAS DE INTERNACIONALIZAÇÃO

A estratégia de internacionalização da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília será orientada pela sólida experiência construída desde maio de 2003, da Universidade Presbiteriana Mackenzie, também mantida pelo IPM. Neste sentido, buscar-se-á estender os convênios internacionais vigentes, entre aquela IES e entidades de quatro continentes, no que for aplicável, aos corpos discente e docente da FPMB.

2.10. POLÍTICAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

A responsabilidade social é característica inerente à presença do Mackenzie no Brasil, desde seu início em 1870. Instituição confessional e filantrópica, os princípios e valores de solidariedade, liberdade e crescimento pessoal, coletivo e social determinam e marcam indelevelmente todas as suas ações, como expansão de sua natureza confessional cristã.

Contemporaneamente, estas características se fazem presentes no ensino de Graduação e de Pós-graduação, nas políticas de iniciação científica e de extensão.

Mackenzie Voluntário

O Mackenzie Voluntário (MV), realizado no contexto das atividades institucionais e de extensão da instituição, reúne diversas ações de cidadania, solidariedade e responsabilidade social e ambiental, desenvolvidas ao longo do ano em entidades sociais, comunidades carentes, na sociedade em geral. Mobilizando todas as Unidades Universitárias, as ações compreendem diversos tipos de atividades socioculturais e educativas, baseadas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, propostos pela ONU.

2.11. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS DE ACESSIBILIDADE, DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, SÓCIOEDUCACIONAL E DE RESPEITO À DIVERSIDADE NO CONTEXTO DO ENSINO, DA INICIAÇÃO CIENTÍFICA E DA EXTENSÃO.

Com a finalidade de cumprir a legislação educacional no tocante aos conteúdos específicos, destaca-se a importância de previsão nos componentes curriculares, a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e de educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, de acordo com as fundamentações normativas para a inclusão desses conteúdos:

1. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura AfroBrasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei Nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP Nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº 3/2004,
2. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30/05/2012.



3. Unidade Curricular de Libras (Dec. Nº 5.626/2005).

A preocupação com a questão dos Direitos Humanos é inerente à filosofia da Instituição, sendo parte integrante da Visão e Missão. Deste modo, as Diretrizes Nacionais para a educação em Direitos Humanos, conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8 de 2012, será sempre traduzido e incorporado nos Projetos Pedagógicos dos cursos. A FPMB promove, igualmente, atividades de extensão voltadas tanto para os estudantes, como também oferece aos docentes processos de formação continuada que promovem reflexões a respeito dos Direitos Humanos e do respeito à diversidade.

A Educação Ambiental, em cumprimento à Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999 e ao Decreto nº 4.281 de junho de 2002, é também uma preocupação da Faculdade, especialmente na sua vertente de extensão. A FPMB oferece, com um enfoque interdisciplinar, eventos voltados para essa temática, garantindo a interdisciplinaridade e a transversalidade. A educação ambiental se apresenta como objetivo transversal nos cursos da FPMB e é foco de conteúdos de diversos componentes curriculares de graduação, conforme apontado nos PPCs.

Destaca-se, ainda, no escopo das atividades de Extensão, o Programa de Responsabilidade Socioambiental, que objetiva incentivar o desenvolvimento de ações que favoreçam a aproximação com a comunidade, por meio de projetos de responsabilidade social, focalizando a sustentabilidade e a gestão ambiental consciente, buscando parcerias e integração com outras instituições do setor público e ou privado.

Acessibilidade

A preocupação institucional com a acessibilidade consiste no acompanhamento dos casos que necessitam de atendimento específico, em acordo com as diretrizes do Ministério da Educação, conforme explicitado abaixo.

Dotar as instituições de educação superior (IES) de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes. (MEC/INEP, 2013).

Ao identificar as necessidades especiais de estudantes ingressantes, a partir mesmo do exame de vestibular, busca-se preparar o ambiente e os profissionais que serão envolvidos com o estudante.

Com o objetivo de favorecer a aprendizagem e a oportunidade de pleno desenvolvimento dos estudantes, as políticas de inclusão e de acessibilidade devem: a) aparelhar a instituição e adequar suas estruturas; b) disseminar a informação sobre inclusão; c) sensibilizar a comunidade acadêmica para o desenvolvimento da educação inclusiva. Tais medidas atendem aos dispositivos legais, às orientações dos organismos internacionais e à política de democratização do ensino instituída pelo governo federal.

Deste modo, como parte das políticas da FPMB para atender a essas demandas, a acessibilidade é atendida em seus vários espectros, considerando as necessidades de comunicação, arquitetônicas, metodológicas, de transporte, instrumentais e programáticas.

Este PDI apresenta políticas próprias de Responsabilidade Social que são inerentes aos princípios da FPMB. A instituição se pauta e busca disseminar seus princípios e valores de solidariedade, liberdade e crescimento pessoal, coletivo e social, por meio dos componentes curriculares dos cursos e dos programas institucionais e eventos de extensão.



Em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, oferece-se o componente curricular de LIBRAS como optativa aos estudantes. Também se tem a preocupação e o cuidado em garantir:

- a) intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa;
- b) flexibilidade na correção de avaliações, valorizando o conteúdo semântico;
- c) iniciativas para o aprendizado da língua portuguesa;
- d) materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva;
- e) formação dos professores para o atendimento desses estudantes.

Buscando condições para o desenvolvimento do pleno potencial dos estudantes, oferece-se para estudantes com deficiência visual e/ou não videntes:

- a) gravador e fotocopiadora que amplie textos;
- b) plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico em fitas de áudio;
- c) *software* de ampliação de tela do computador;
- d) lupas, régua de leitura;
- e) scanner acoplado ao computador;
- f) orientação para os professores que irão trabalhar com os discentes;
- g) plano de aquisição gradual de acervo bibliográfico dos conteúdos básicos em Braille.

Com estas medidas e outras que se fizerem necessárias, a FPMB apresenta as seguintes políticas de acessibilidade:

- a) Criar uma Comissão de Inclusão e Acessibilidade – CIA, para atendimento a estudantes e docentes, bom como, àqueles que se fizerem presentes nas instalações da FPMB. Tal criação será realizada em Ato Próprio do Diretor Geral, a qual terá regulação própria e será vinculado à Direção Geral da FPMB.
- b) Identificar as potencialidades e vulnerabilidades sociais, econômicas e culturais, da realidade local e global a fim de promover a inclusão plena.
- c) Informar à comunidade acadêmica acerca da legislação e das normas educacionais vigentes que asseguram a inclusão educacional.
- d) Promover acessibilidade, em seu sentido pleno, não só aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, mas aos professores, funcionários e à população que frequenta a instituição e se beneficia de alguma forma de seus serviços.
- e) Promover a participação da comunidade nos projetos de extensão, por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade.
- f) Divulgar conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações de extensão, evidenciando o compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva.
- g) Estimular programas de iniciação científica básica e aplicada, abrangendo as inúmeras áreas do conhecimento, como importante mecanismo para o avanço da inclusão social, baseando-se no princípio da transversalidade, do desenho universal e do reconhecimento e valorização da diferença humana.
- h) Estabelecer metas e organizar estratégias para o enfrentamento e superação das fragilidades constatadas.



- i) Oferecer pleno acesso, participação e aprendizagem por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras.
- j) Promover as condições para a inclusão do estudante em todas as atividades acadêmicas.
- k) Elaborar critérios para a inclusão dos estudantes com necessidades especiais nos projetos de iniciação científica, nos projetos de extensão.
- l) Articular com os gestores institucionais e professores para que o Projeto Pedagógico dos Cursos (PPC) contemple os pressupostos epistemológicos, legais e políticos da educação inclusiva.
- m) Atuar, de forma colaborativa, com os professores dos diferentes cursos, definindo estratégias pedagógicas que favoreçam o acesso do estudante ao currículo e sua interação no grupo; o enriquecimento curricular, a possível compactação ou aceleração curricular e de conteúdos ou de estudos, quando aplicável.
- n) Reconhecer a necessidade de mudança cultural e investir no desenvolvimento de ações de formação continuada para a inclusão, envolvendo os professores e toda a comunidade acadêmica.
- o) Realizar as atividades de complementação ou suplementação curricular específicas que colaborem com a evolução discente.
- p) Orientar o professor quanto à elaboração de materiais didático-pedagógicos que possam ser utilizados pelos estudantes nas atividades de salas de aula.
- q) Deliberar na interface com profissionais da saúde, professores e gestores institucionais, acerca do atendimento a ser dado a cada estudante, considerando a necessidade de atendimento diferenciado e a especificidade de cada caso.
- r) Articular as parcerias com a comunidade e organizações que possibilitem oferecer enriquecimento extracurricular em áreas não contempladas pelo currículo regular da instituição.
- s) Oferecer, quando necessário, transporte interno para os estudantes portadores de necessidades especiais.

2.12. COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO ACADÊMICA E OUVIDORIA

À Ouvidoria da Faculdade cumpre realizar satisfatoriamente as atribuições previstas no Regimento Geral, ao receber, analisar, encaminhar e acompanhar as manifestações da comunidade acadêmica, assim como de outros entes da sociedade civil. Sempre preocupada em cumprir seu papel de organismo mediador, apoiando e facilitando a atuação dos diversos setores e, quando necessário, da entidade mantenedora, sem causar ingerências nas áreas demandadas.

Atuando de forma personalizada, autônoma e imparcial, garantindo aos seus usuários e setores consultados discrição e respeito, busca, ao término de cada procedimento acolhido, gerar revisões e sugestões de melhorias efetivas nas práticas e processos acadêmicos e pedagógicos.

Atendendo por e-mail, telefone e presencialmente, a Ouvidoria deve acolher manifestações dos usuários dos serviços prestados pela Faculdade.

2.13. POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO

Na Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília a comunicação não é entendida como uma atividade ou componente curricular isolado – como um fim em si mesma – mas como



um metacomponente curricular, portanto, como uma ferramenta que permite aos diversos atores que integram os coletivos da organização exercerem melhor suas atividades. E, dessa forma, toda a comunidade acadêmica é convocada a assumir o papel de emissor e receptor de mensagens e conteúdos, competindo à instituição criar os meios para isso. Dessa forma, busca-se alinhar a Faculdade ao movimento global (e globalizante) que remodela aquilo que, até as últimas décadas, chamávamos de "comunicação de massa", permitindo uma comunicação diversa e plural, que podemos intitular de desmassificada e tem na internet sua maior e mais presente expressão. Portanto, na FPMB, os esforços educacionais e político-pedagógicos encontram nas ações de comunicação uma força auxiliar que, ao informar, colabora para o aprimoramento e qualificação dos processos acadêmicos.

Some-se a esse aspecto, da comunicação como metacomponente curricular, o fato de que não existem instituições de ensino capazes de implantar projetos político-pedagógicos que, de uma forma ou outra, não resultem e respondam à própria história da instituição. E, partindo dessa premissa, respondemos a uma história de mais de 140 anos. Somos uma instituição centenária – que, entre outras transformações da sociedade brasileira, assistiu a abolição do regime escravocrata e a proclamação da república como regime de governo – não é difícil compreender que suas práticas internas podem, inúmeras vezes, não corresponder plenamente às experiências democráticas e participativas, cada vez mais frequentes em nossa sociedade, porém, a instituição não tem poupado esforços para que essa longa história não se torne um impedimento para as boas práticas de cidadania, investindo em ações de comunicação que garantam a transparência e a propagação da informação entre os diversos públicos que integram a comunidade mackenzista.

Feitas essas primeiras considerações estruturam-se os esforços de comunicação da FPMB. Toda a comunicação de caráter mercadológico e institucional (que envolvam posicionamento de marca) é conduzida pela mantenedora. Entre as ações mais visíveis tem-se: campanhas de divulgação dos diversos processos seletivos (graduação, especialização, extensão); confecção de materiais de apresentação institucional; e a promoção de eventos (institucionais e mercadológicos). Em outra frente, a Coordenação de Comunicação Acadêmica e Ouvidoria promove a comunicação entre os públicos que denominamos de "acadêmicos" (discentes, docentes, pesquisadores e gestores), ampliando e qualificando esse processo. Estão entre as ações dessa Coordenadoria: campanhas internas voltadas para temas relacionados ao ensino, iniciação científica e extensão; a confecção de informativos setoriais e da Diretoria; a publicação de material de apresentação da produção acadêmica; o apoio aos esforços de assessoria de imprensa; e a publicação de guias de informação à comunidade acadêmica, ao Guia do Estudante de Graduação.

2.14. AUTOAVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESEMPENHO INSTITUCIONAL

2.14.1. Procedimentos de autoavaliação institucional em conformidade com a Lei nº 10.861/2004 (SINAES).

A avaliação institucional da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília será realizada pela Comissão Própria de Avaliação-CPA adequada à regulamentação vigente.

Como instrumento de gestão e de política institucional, a CPA vincula-se diretamente à Direção da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, e dedica-se à análise contínua do PDI, e ao oferecimento de subsídios para a sua revisão e atualização. Também atenderá aos objetivos:



- a) Avaliações sistemáticas e periódicas de todos os docentes;
- b) Avaliações dos funcionários (gestores, administrativos e técnicos);
- c) Pesquisas sistemáticas e periódicas do nível de satisfação dos discentes,
- d) Cotejamento sistemático dos resultados da avaliação com o PDI para eventuais adaptações e/ou tomadas de decisão;
- e) Propostas de ações, considerando os resultados da autoavaliação como instrumento de gestão.

Estas ações são desenvolvidas sob a égide do Programa de Avaliação Institucional, a seguir transcrito.

2.14.2. Descrição do processo de Autoavaliação

A Comissão Permanente de Avaliação (CPA) atuará em consonância com o Planejamento Estratégico da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília, numa parceria necessária, e adotará ações comprometidas com o Plano de Desenvolvimento Institucional- PDI e com o Projeto Pedagógico. A grande preocupação será a melhoria da qualidade do ensino, da iniciação científica e da extensão levando em conta todas as variáveis que estejam relacionadas com o bom andamento desta Faculdade.

Os processos avaliativos constituem instrumentos importantes de gestão acadêmica capazes de indicar caminhos e rever processos. Mais que medir índices de crítica e satisfação a Avaliação Institucional está comprometida com a real reflexão sobre todos os processos e procedimentos.

A Avaliação Institucional pretende se consolidar rapidamente para acompanhar criteriosamente o desenvolvimento de suas atividades e tendo como característica ser participativa, coletiva, livre de ameaças, promovendo análises não comprometidas e envolvendo toda a comunidade acadêmica por meio de questionários, discussões sobre os problemas de ensino com sugestões de ações que provoquem a melhoria da qualidade da instituição como um todo. A avaliação é essencialmente educativa e, portanto, formativa.

A avaliação global da eficiência da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília – FPMB será realizada através do exame e da análise de dados contendo resultados tanto dos aspectos operacionais como acadêmicos dos diversos Cursos, Unidades, e Programas da Instituição. Esses componentes incluem a parte administrativa, as relações com a comunidade em que a Instituição está inserida e até o clima institucional.

2.14.3. Objetivos do processo de Avaliação e Acompanhamento das Atividades Institucionais

Para se constituir como real instrumento de busca constante da qualidade e excelência o processo avaliativo deve:

- a) Colher dados e analisá-los para a orientação na tomada de decisões objetivando à melhoria da qualidade de cursos e das atividades desenvolvidas nos projetos de ensino, iniciação científica e extensão.
- b) Realizar um diagnóstico permanente de cada curso, objetivando à identificação de seus problemas e de possíveis mudanças e inovações exigidas pelo mercado de trabalho.
- c) Sensibilizar constantemente os diferentes segmentos: professores, funcionários e estudantes, para a importância da avaliação como instrumento de melhoria da qualidade.



- d) Fazer um diagnóstico permanente das atividades curriculares e extracurriculares a fim de verificar de que maneira elas atendem as necessidades específicas de cada curso e do mercado de trabalho.
- e) Propor mudanças no projeto pedagógico, ouvindo os estudantes, professores e funcionários, estimulando a sua participação no processo.

2.14.4. Etapas do Processo de Avaliação

Sensibilização

A sensibilização, conscientização, envolvimento e motivação constituem um processo contínuo, estando presente em todas as fases da avaliação, pois são fatores relevantes para o alcance dos objetivos propostos. Esta etapa deve ser contínua, ao longo de todo o processo, pois do sucesso dessa iniciativa depende a credibilidade da avaliação.

Diagnóstico

O diagnóstico tem por finalidade o encaminhamento adequado da avaliação institucional, possibilitando a definição das unidades a serem avaliadas, do agente avaliador, do validador das avaliações e dos indicadores e instrumentos a serem utilizados, assim como, das consequências da avaliação.

Esta etapa é relevante, pois descreve a situação atual de cada curso a partir de cadastros e opiniões da comunidade. É importante destacar que estes dados são dinâmicos e o processo deve ser repetido periodicamente para o acompanhamento da realidade dos fatos.

Esta fase envolve a análise da situação atual de cada curso, a partir de:

1. Resultados das avaliações externas realizadas pelo MEC – Exame Nacional de Avaliação do Desempenho dos Estudantes-ENADE e o Conceito Preliminar de Curso-CPC;
2. Dados da Secretaria Geral em relação a:
 - a) número de estudantes reprovados / número de estudantes matriculados por turma/componente curricular;
 - b) número de estudantes reprovados por falta, por turma / componente curricular;
 - c) número de dependência por estudantes;
 - d) número de dependentes por componente curricular;
 - e) tempo médio de permanência no curso, como estudante ativo;
 - f) número de estudantes egressos / número de estudantes originalmente ingressados por semestre letivo.
3. Levantamento da qualificação e produção do Corpo Docente, assim como, de suas condições de trabalho;
5. Análise da infraestrutura da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília;
6. Futura análise de questionário respondido por egressos sobre a eficiência dos cursos no mercado de trabalho;
7. Análise de dados a serem coletados pela CPA, com os seguintes propósitos:
 - a) identificação do perfil do vestibulando da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília – FPMB.
 - b) identificação do perfil do estudante dos semestres iniciais da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília – FPMB.



c) levantamento da origem geográfica do alunado da IES.

Análise, Metas e reavaliação

Baseadas no Relatório Final, serão estabelecidas metas a serem cumpridas a curto, médio e longo prazo.

A CPA fará permanentemente reavaliações que permitirão medir e redirecionar o cumprimento das metas estabelecidas. O objetivo final da avaliação de resultados é a melhoria do ensino e da aprendizagem.

Para a implantação e o desenvolvimento dos projetos serão consideradas as dimensões interna e externa da avaliação compreendendo os aspectos quantitativos e qualitativos da realidade a ser examinada.

2.14.5. Características e Desenvolvimento do Programa de Avaliação Institucional

A Avaliação Institucional compõe-se de um conjunto de atividades, apresentadas a seguir, conforme cronograma de avaliações (Quadro 3):

- a) Avaliação de docentes pelos discentes: com a finalidade de identificar os aspectos relacionados ao desempenho docente e de natureza pedagógico-didática. Essa avaliação aborda, entre outras, as seguintes categorias: relacionamento docente com o corpo discente; ação pedagógico-didática do docente; compromisso com o conhecimento, dinâmica de avaliação da aprendizagem e domínio de conteúdo pelo docente.
- b) Avaliação pelos egressos para levantar o grau de satisfação dos estudantes em relação a diversos aspectos do processo de ensino e atendimento em vários setores da Faculdade. Também são levantados dados sobre colocação profissional e realização pessoal dos estudantes.
- c) Avaliação das análises realizadas pelas comissões de avaliação para identificar as condições de ensino e os resultados obtidos pelos estudantes no ENADE.
- d) Avaliação dos cursos de graduação: simultaneamente ao processo de avaliação com a participação discente, os professores respondem outro questionário, de forma anônima, avaliando os cursos nos quais lecionam.
- e) Avaliação das instalações dos cursos de graduação como diagnóstico da capacidade oferecida pelos equipamentos, recursos logísticos e laboratórios instalados para atender às necessidades acadêmicas. Periodicidade: bienal, por curso.
- f) Levantamento do perfil socioeconômico do estudante - Perfil discente dos ingressos para identificação, por curso, das características e perfil do estudante, bem como suas expectativas. Periodicidade- semestral.
- g) Criação do Banco de Dados da Avaliação Institucional para a possibilidade da elaboração de gráficos estatísticos comparativos envolvendo o curso como um todo, o ano letivo e os cursos.

O Programa de Avaliação Institucional será desenvolvido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), que integra o SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, de acordo com a regulamentação expedida pelo Ministério da Educação. À CPA compete, no que diz respeito à avaliação institucional, planejar, organizar e desenvolver o Programa de Avaliação Institucional, interpretando os resultados e apontando opções para a consolidação institucional e a melhoria contínua dos cursos e programas de nível superior, além dos instrumentos de planejamento e gestão universitários. A CPA coordena os processos de avaliação interna abrangendo as dimensões previstas no SINAES – Sistema



Nacional de Avaliação da Educação Superior e os eixos que constam do Instrumento de Avaliação Institucional. A CPA acompanha e assessora as avaliações conduzidas pelo MEC e os exames nacionais de cursos de graduação- ENADE. A CPA também acompanha e assessora os processos relativos ao reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos e as avaliações das condições de oferta do ensino.

Quadro 3 Cronograma de implantação e consolidação dos processos avaliativos da FPMB.

Descrição da avaliação	2025	2026	2027	2028	2029
Avaliação dos docentes pelos discentes	X	X	X	X	X
Pesquisa Formandos		X	X	X	X
Avaliação pelos egressos			X	X	X
Avaliação de Satisfação Docente	X	X	X	X	X
Avaliação dos Cursos de Pós-graduação Lato Sensu	X	X	X	X	X
Avaliação das Instalações da Faculdade	X	X	X	X	X
Avaliação dos Serviços da Faculdade	X	X	X	X	X
Levantamento do perfil sócio econômico do estudante	X	X	X	X	X
Avaliação estágios		X	X	X	X
Avaliação TCC		X	X	X	X
Satisfação / Comprometimento / Funcionários	X	X	X	X	X

A articulação entre os momentos avaliativos propostos e as dimensões da Avaliação Institucional Externa pode ser percebida por meio do Quadro 4:

Quadro 4 Ações programadas e dimensões envolvidas

Ações programadas	Dimensões envolvidas
Avaliação dos docentes pelos discentes	Dimensão I; Dimensão II; Dimensão III; Dimensão V; Dimensão VI; Dimensão VIII- Dimensão IX.
Pesquisa Formandos	Dimensão I; Dimensão II; Dimensão VII; Dimensão VIII; Dimensão IX.
Levantamento do perfil socioeconômico dos estudantes, por meio do questionário do vestibular.	Dimensão I; Dimensão II; Dimensão III; Dimensão VI; Dimensão VIII; Dimensão IX.
Avaliação Pós-Graduação lato sensu (componente curricular / docente/ Instalações)	Dimensão I; Dimensão II; Dimensão III; Dimensão IV; Dimensão VI; Dimensão VII; Dimensão VIII; Dimensão IX
Avaliação das Instalações da Faculdade.	Dimensão VII; Dimensão VIII; Dimensão IX; Dimensão X.
Avaliação dos Serviços da Faculdade	Dimensão I; Dimensão VII; Dimensão VIII; Dimensão IX.
Satisfação Docente	Dimensão II; Dimensão III; Dimensão V; Dimensão VI; Dimensão VII; Dimensão VIII.
Avaliação do Egresso	Dimensão I; Dimensão II; Dimensão III; Dimensão IV; Dimensão VIII; Dimensão IX.
Satisfação / Comprometimento/ Funcionários	Dimensão II; Dimensão III; Dimensão V; Dimensão VI; Dimensão VII; Dimensão VIII.
Avaliação Estágios	Dimensão I; Dimensão II; Dimensão IV; Dimensão IX.
Avaliação TCC	Dimensão I; Dimensão II; Dimensão IX.

Considerando, como apresentado na Lei do SINAES, que as dez Dimensões foram incorporadas em cinco Eixos, explicitamos a seguir a articulação entre os eixos e as dimensões e o foco de observação de cada dimensão, como mostra o Quadro 5:

**Quadro 5 Matriz de Relacionamento entre os Eixos do Instrumento atual e as Dimensões do Instrumento Antigo.**

Eixo (conforme novo instrumento de avaliação)	Dimensão (conforme antigo instrumento de avaliação)
Eixo 1 – Planejamento e Avaliação Institucional	Dimensão 8 – Planejamento e avaliação.
Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional	Dimensão 1 – Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional; Dimensão 3 – Responsabilidade Social da Instituição.
Eixo 3 – Políticas Acadêmicas	Dimensão 2 – Políticas para Ensino, Pesquisa e Extensão; Dimensão 4 – Comunicação com a Sociedade; Dimensão 9 – Política de Atendimento Discente.
Eixo 4 – Políticas de Gestão	Dimensão 5 – Política de Pessoal; Dimensão 6 – Organização e Gestão da Instituição; Dimensão 10 – Sustentabilidade Financeira.
Eixo 5 – Infraestrutura Física	Dimensão 7 – Infraestrutura Física.

Em um processo contínuo de análise a Comissão Própria de Avaliação é responsável pelo acompanhamento dos momentos de avaliação externa e pela sugestão de implementação de ações acadêmicas decorrentes das avaliações externas e o cotejamento sistemático dos resultados dos momentos avaliativos, internos e externos, com o PDI para eventuais adaptações.

O Plano de Desenvolvimento Institucional será monitorado pela Comissão de Avaliação Institucional, que emitirá relatórios periódicos (no mínimo, anuais) com indicadores de correção de rumos e/ou aprofundamento de metas e ações, tendo em vista a missão e os objetivos institucionais e os cenários futuros. A CPA divulgará, semestralmente, os instrumentos e procedimentos a serem aplicados no processo de avaliação institucional, mantendo estreita coerência, sempre que possível, com os instrumentos e procedimentos utilizados pelo INEP.

O processo de avaliação institucional deverá conduzir relatórios conclusivos, ao final de cada etapa, apoiado em relatório descritivo dos procedimentos e instrumentos adotados, com a indicação de ações para correção de condições insuficientes ou regulares e fortalecimento das ações.

Quanto a sua composição, a CPA da FPMB conta com a participação de representantes de todos os segmentos da comunidade acadêmica (docente, discente e técnico-administrativo) e de representantes da sociedade civil organizada, ficando vedada, em consonância com a legislação vigente, à existência de maioria absoluta por parte de qualquer um dos segmentos que a compõem. A CPA é designada por Portaria da Direção Geral e deverá apresentar a seguinte composição:

- I – dois representantes do corpo docente;
- II – dois representantes do corpo discente, regularmente matriculados;
- III – dois representantes do corpo técnico-administrativo;



IV – dois representantes da sociedade civil organizada, sem vínculo empregatício com a Faculdade.

Os representantes do inciso II serão escolhidos dentre os presidentes eleitos dos órgãos de representação estudantil.

A Coordenação da CPA será exercida por representante do corpo docente escolhido pela Direção Geral da Faculdade.



3. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA INSTITUIÇÃO E DOS CURSOS PRESENCIAIS

3.1. OFERTAS DE CURSOS: NÚMERO DE VAGAS, DIMENSÕES DAS TURMAS, TURNO DE FUNCIONAMENTO E REGIME DE MATRÍCULA DE SEUS CURSOS

Apresenta-se a seguir os dados relativos à previsão do número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento e regime de matrícula dos cursos da FPMB.

3.1.1. Graduação (Bacharelado e Tecnologia)

Apresentam-se os dados relativos ao número de vagas, dimensões das turmas, turno de funcionamento como também o cronograma de expansão na vigência do PDI conforme demonstrado a seguir.

O Quadro 6 apresenta uma previsão de vagas para os diversos cursos de graduação da FPMB além dos dois cursos já implantados, Administração e Direito.

Tabela 2 Cursos e estudantes matriculados e previsão de implantação

Cursos de Graduação	Número de vagas	Turno	Previsão de implantação
Ciências Contábeis	240	Matutino/noturno	2026
Psicologia	240	Matutino/noturno	2026
Relações Internacionais	240	Matutino/noturno	2027
Serviço Social	240	Matutino/noturno	2028
CST – Banco de Dados	240	Matutino/noturno	2029
CST - Comunicação Institucional	240	Matutino/noturno	2029

3.1.2. Pós-Graduação (Lato Sensu)

No Quadro 6 relacionamos os cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, relacionados aos cursos aprovados. A FPMB oferecerá outros cursos, à medida que for sendo efetuado o estudo, as demandas do mercado e aprovação dos novos cursos.

Quadro 6 Cursos *Lato Sensu*

Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu
Processo nas Cortes Superiores
MBA em Auditoria e Gestão de Riscos
MBA em Avaliação de Políticas Públicas
MBA em Comércio Exterior e Negócios Internacionais
MBA em Orçamento e Gestão Pública
Especialização em Direito Digital e Cibernético
Especialização em Direito Financeiro e Tributário
Especialização em Contratos Complexos
Especialização em Relações Trabalhistas
Especialização em Direito e Processo Previdenciário
Especialização em Gestão de Projetos Previdenciários
Especialização em Direito Administrativo Penal
Especialização em Advocacy Tax



4. PERFIL DO CORPO DOCENTE

4.1. COMPOSIÇÃO (TITULAÇÃO, REGIME DE TRABALHO, EXPERIÊNCIA ACADÊMICA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR E EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL NÃO ACADÊMICA)

Quanto à titulação, o quadro Docente da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília quando estiver completo, será composto por Mestres e Doutores,

Quanto ao regime de trabalho, ao menos 33% será registrado em regime de tempo integral ou parcial.

4.2. PLANO DE CARREIRA

4.2.1 Plano de Carreira Docente

A carreira de Magistério Superior na FPMB está regulada com base no art. 111 do Regimento Geral e na CLT, assim como as demais normas regimentais pertinentes.

A Carreira Docente é estruturada em sistema de cargos, com categorias e níveis, que possibilita as progressões vertical e horizontal do professor. As categorias se organizam em auxiliar; assistente mestre, assistente doutor; adjunto e titular.

A progressão funcional vertical ou horizontal se dará mediante a observância de titulação acadêmica, tempo e mérito, além da existência de vaga e de disponibilidade financeira da entidade Mantenedora, conforme o Plano de Carreiras da Faculdade.

O Professor da carreira do Magistério Superior será submetido a um dos seguintes regimes de trabalho: a) dedicação “integral”, com obrigação de prestar quarenta horas semanais de trabalho; b) tempo “parcial” de trinta ou vinte horas semanais de trabalho; ou, c) “horista” devendo obedecer ao mínimo de aulas previstas em Ordem Interna emanada pela Diretoria da Faculdade.

No regime de dedicação integral admitir-se-á: participação em órgãos de deliberação coletiva relacionada com as funções de Magistério; participação em comissões julgadoras ou verificadoras, relacionadas com o ensino ou a iniciação científica; percepção de direitos autorais ou correlatos; colaboração esporádica, remunerada ou não, em assuntos de sua especialidade e devidamente autorizada pela instituição, de acordo com as normas aprovadas pelo conselho superior competente.

A mantenedora deverá implantar um Plano de Carreira Docente no período de vigência do Planejamento Estratégico, observadas as respectivas Convenções Coletivas Estaduais, neste caso, do Sindicato dos Professores em Estabelecimentos Particulares de Ensino do Distrito Federal – SINPROEP/DF.

4.3. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO

A seleção e contratação de docente na FPMB levam em consideração a demanda nos componentes curriculares/áreas de conhecimento, o número de vagas, a classe, o regime de trabalho, os requisitos específicos e a titulação exigida para o cargo especificado. O processo de seleção é realizado mediante chamada pública para processo seletivo, constando de prova de título, prova didática e entrevista, em período divulgado pela Instituição.

Especificamente, o processo seletivo para admissão de professores obedecerá aos seguintes princípios, além daqueles expressos no Regimento e na legislação em vigor:



- a) além da idoneidade moral do candidato, serão considerados seus títulos acadêmicos, científicos, didáticos e profissionais, assim como experiência docente e/ou profissional, relacionados com o componente curricular a ser por ele lecionado;
- b) constituem requisitos básicos os diplomas de graduação e pós-graduação, correspondentes às áreas de conhecimento em que atuará.

São atribuições do professor contratado sob os regimes parcial e integral, além daqueles previstos no Regimento, Regulamentos aplicáveis e na legislação em vigor:

- a) participar da elaboração do Projeto Pedagógico Institucional - PPI e do Projeto Pedagógico - PPC do curso a que esteja ligado,
- b) elaborar o plano de ensino de seu componente curricular ou atividade, submetendo-o à aprovação do Conselho de Curso, por intermédio da coordenação respectiva,
- c) orientar, dirigir e ministrar o ensino de seu componente curricular, cumprindo integralmente o programa e a carga horária,
- d) registrar o conteúdo lecionado e controlar a frequência dos estudantes,
- e) organizar e aplicar os instrumentos de avaliação do aproveitamento e julgar os resultados apresentados pelos estudantes com equilíbrio, bom senso e equidade,
- f) fornecer, ao setor competente, as notas correspondentes aos trabalhos, provas e exames, bem como a frequência dos estudantes, dentro dos prazos fixados pela Direção e Coordenação,
- g) observar o regime do componente curricular da FPMB e do Curso;
- h) participar das reuniões e trabalhos dos órgãos colegiados a que pertencer e de comissões para as quais for designado,
- i) comparecer às reuniões e solenidades programadas pela FPMB e seus órgãos colegiados,
- j) responder pela ordem na turma para a qual estiver lecionando, pelo uso do material e pela sua conservação,
- k) orientar os trabalhos acadêmicos e quaisquer atividades extracurriculares relacionadas com o componente curricular,
- l) planejar e orientar projetos de iniciação científica, estudos e publicações,
- m) comparecer ao serviço, mesmo no período de recesso letivo, sempre que necessário, por convocação da coordenação do curso ou da direção da Faculdade,
- n) elaborar, quando convocado, questões para os processos seletivos, aplicar as provas e fiscalizar a sua realização e
- o) exercer as demais atribuições que lhe forem previstas em lei e no Regimento.

As atribuições dos professores nos diversos regimes de trabalho estão estabelecidas nas normas e regimento da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília.

4.4. PROCEDIMENTOS PARA SUBSTITUIÇÃO (DEFINITIVA E EVENTUAL) DOS PROFESSORES DO QUADRO

A substituição eventual, decorrente do afastamento do docente para tratamento de saúde, licença não remunerada nos termos do Regimento Geral, ou para cursar doutorado sanduíche, é realizada mediante transferência de suas aulas para outros docentes do quadro, ou para docente contratado no regime de hora-aula, excepcionalmente, para ministrar aulas na situação circunstancial enquanto durar a substituição, respeitada a legislação trabalhista.



A substituição definitiva de docente na FPMB leva em consideração a demanda de professores para os componentes curriculares/áreas de conhecimento estabelecidas no Projeto Pedagógico de Curso, a oferta de turmas, a avaliação docente semestral com base nas qualificações e competências constantes no item 4.3 e, respeitada a legislação trabalhista, se dá ao final de cada semestre, com exceção da dispensa por processo do componente curricular previsto no Regimento Geral.

4.5. CRONOGRAMA E PLANO DE EXPANSÃO DO CORPO DOCENTE, COM TITULAÇÃO E REGIME DE TRABALHO, DETALHANDO PERFIL DO QUADRO EXISTENTE E PRETENDIDO PARA O PERÍODO DE VIGÊNCIA DO PDI.

A Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília deverá ampliar o quadro docente proporcionalmente ao cronograma de implantação de novos cursos conforme apresentado neste PDI e incrementar a contratação de professores de acordo com as necessidades originadas pela implantação de novos cursos e a ampliação das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

Esta ampliação deverá guardar a proporção média de 30 estudantes/professor, respeitadas as especificidades de cada componente curricular e/ou atividade de iniciação científica e o cronograma de implantação de novos cursos.

4.6. CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO – ESTRUTURAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, PLANO DE CARREIRA E CRONOGRAMA DE EXPANSÃO

O corpo técnico-administrativo, constituído por todos os servidores não docentes, tem a seu cargo os serviços administrativos e técnicos de apoio necessários ao normal funcionamento das atividades de gestão e das funções de ensino, iniciação científica e extensão.

A expansão e/ou diminuição do corpo técnico-administrativo ao longo do período 2025 a 2029 respeitará as necessidades operacionais, administrativas e acadêmicas dos cursos, programas e demais atividades de ensino e extensão, acompanhando a evolução das mesmas. A Instituição zelar pela manutenção de padrões de recrutamento e condições de trabalho condizentes com sua natureza, bem como por oferecer oportunidades de aperfeiçoamento técnico-profissional a seus empregados.

Os servidores não-docentes serão contratados sob o regime da legislação trabalhista, estando sujeitos, ainda, ao disposto, sobre sua categoria funcional, no Regimento, no contrato social da Mantenedora e nas demais normas expedidas pelos órgãos da administração superior da Instituição.

A projeção do quadro do pessoal não docente da Faculdade, para o período 2025 a 2029, deverá respeitar a relação “professor versus auxiliar”, como também, “auxiliar versus estudante” a fim de garantir a qualidade dos serviços prestados à comunidade acadêmica, às condições orçamentárias com o objetivo da sustentabilidade da Instituição.

O pessoal não-docente é atendido pelo Plano de Carreira e de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo e é beneficiado pelo Plano de Cargos e Salários (PCS), que estabelece critérios de admissão e progressão na carreira do Quadro do Pessoal Técnico Administrativo (QPTA) da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília.

O Plano de Cargos e Salários da Faculdade tem como princípios:



- a) acesso ao QPTA mediante seleção, a partir da qualificação requerida para o cargo, função ou emprego;
- b) valorização profissional mediante promoção de cargo em decorrência de avaliação de desempenho individual;
- c) equivalência de remuneração, considerando a função desempenhada, sua qualificação, grau ou nível de complexidade e profissionalização; e
- d) enquadramento e reclassificação decorrentes das avaliações periódicas de desempenho individual.

Os aumentos individuais de salários podem ocorrer nas seguintes situações: mérito por evolução horizontal, mérito por evolução vertical na carreira, promoção e enquadramento.

A mantenedora deverá implantar um Plano de Carreira e de Qualificação do Corpo Técnico-Administrativo no período de vigência do Planejamento Estratégico, observadas as respectivas Convenções Coletivas Estaduais, neste caso, do Sindicato dos Auxiliares de Administração Escolar em Estabelecimentos Particulares de Ensino no Distrito Federal – SAEP/DF.



5. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA FPMB

5.1. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL, INSTÂNCIAS DE DECISÃO E ORGANOGRAMA INSTITUCIONAL E ACADÊMICO

De acordo com o seu Regimento Geral a Administração institucional da FPM BRASÍLIA é exercida pelos seguintes órgãos:

I – Administração Superior

- a) Direção Geral.

II – Gestão Acadêmica

- a) Coordenação Acadêmica;
- b) Conselho Acadêmico;
- c) Coordenação de Cursos de Graduação;
- d) Coordenação de Pós-Graduação e Extensão;
- e) Coordenação de Pesquisa e Trabalho de Conclusão de Curso;
- f) Coordenação de Atividades Complementares e Estágio;
- g) Assessoria Didático Pedagógica;
- h) Colegiado de Curso;
- i) Núcleo Docente Estruturante – NDE.

III – Órgãos específicos e suplementares

- a) Comissão Própria de Avaliação – CPA;
- b) Secretaria Acadêmica;
- c) Biblioteca;
- d) Ouvidoria;
- e) Procuradoria Institucional;
- f) Polo EAD;
- g) Coordenação Administrativa;
- h) Coordenação Financeira;
- i) Núcleo de Tecnologia da Informação;
- j) Núcleo de Contabilidade;
- k) Comunicação e Marketing.

IV – Gestão Operacional

- a) Núcleo de Atendimento ao Aluno;
- b) Núcleo de Gestão de Pessoas;
- c) Núcleo de Novos Alunos;
- d) Núcleo de Suporte Operacional;
- e) Núcleo de Controle Financeiro e Bolsas;
- f) Núcleo de Acessibilidade e Inclusão.

V – Órgão de Apoio a Direção Geral

- a) Capelania.

A Comissão Própria de Avaliação – CPA, em todos os processos avaliativos, goza de atuação autônoma funcional em relação aos Conselhos e demais órgãos colegiados da FPMB.

A forma de composição e a competência dos órgãos que compõem a Gestão Acadêmico-Administrativa estão estabelecidas no Regimento Geral e nos Regulamentos próprios.

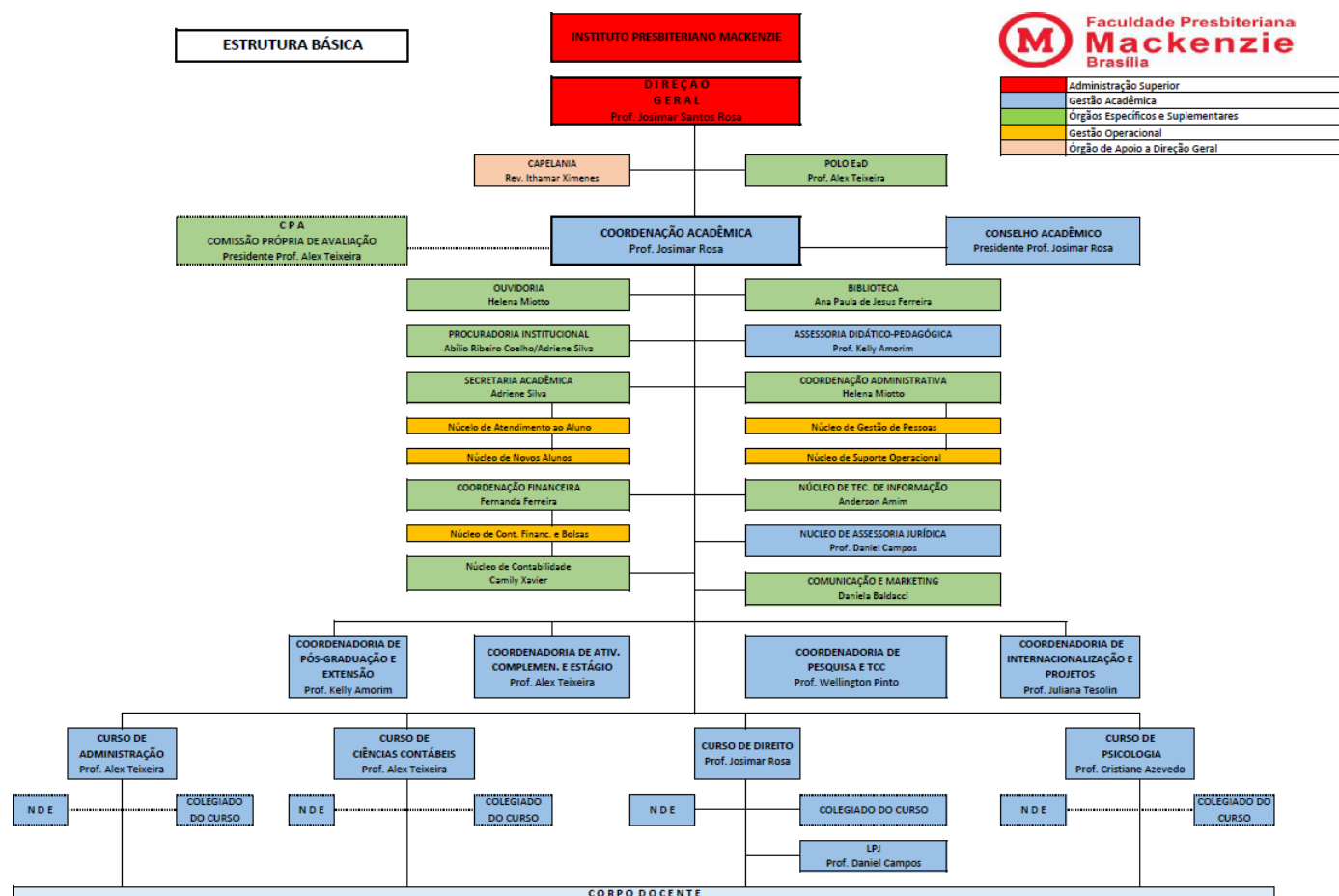


FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE BRASÍLIA

PDI - 2025 - 2029

5.2. ORGANOGRAMA

A estrutura básica da FPMB está representada na Figura 1 Organograma, a seguir:





6. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

O corpo discente da Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília é o centro de atenção do processo ensino-aprendizagem sendo constituído de estudantes matriculados nos cursos de graduação, e nos cursos de pós-graduação lato sensu e outros.

Os discentes têm plena liberdade de se organizarem em associações como Diretórios ou Centros Acadêmicos, com personalidade jurídica própria, regidos por estatuto próprio elaborado e aprovado por eles, de acordo com a legislação vigente.

Em atendimento ao Princípio Constitucional da Igualdade, às normas que regem a educação no Brasil e as Políticas Públicas Afirmativas e estudantis, a FPMB empreende continuamente esforços para garantir o acesso, a permanência, a inclusão, a integração, o respeito, a ética e o sucesso do corpo discente, independentemente de sua condição social, econômica, cultural, étnica, racial ou de saúde, garantindo a todos a inviolabilidade ao direito à Igualdade de oportunidades.

Como garantia de acesso e respeito aos Princípios democráticos de participação igualitária, prevista constitucionalmente, a Instituição oferece o processo seletivo, objetivando a classificação de candidatos à matrícula, regido por edital próprio, onde são contempladas todas as informações necessárias ao certame, cuja publicação ocorre após autorização da Reitoria. As modalidades oferecidas pela FPMB são: processo Seletivo Universal; Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); processo Seletivo Internacional; transferência Externa; transferência Interna ou de Campus; portador de Diploma de Curso Superior e Especial para outras vagas em situação definida por norma própria.

Os direitos e deveres do corpo discente, assim como seu regime acadêmico e componente curricular, constam do Regimento Geral da FPMB, bem como no Regulamento Acadêmico.

6.1. PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO (BOLSAS)

6.1.1. Programa de Apoio Pedagógico

Em harmonia com os princípios democráticos de participação coletiva, estabelecidos constitucionalmente e garantidos pelas políticas públicas, a FPMB proporciona à comunidade acadêmica a inserção no mercado de trabalho e na vida profissional, por meio de um sólido processo de ensino aprendizagem que objetiva a formação integral do estudante e, para tanto, põe em prática diversas ações que possibilitam a excelência do ensino e, também, atividades práticas que ajudam nesse processo, tais como:

- Auxílio nas demandas didático-pedagógicas, com orientações de professores em regime de plantão, objetivando aumentar a compreensão do estudante nos conteúdos programáticos oferecidos, para que ele desenvolva suas competências e habilidades, assim como suas atitudes e valores, evitando dessa forma o aumento dos índices de evasão.
- Oferecimento de seminários de orientações didático pedagógicas, e componentes curriculares obrigatórias, para a diminuição do tempo de permanência do estudante na FPMB (retenção).
- Orientações quanto aos assuntos acadêmicos e vocacionais.
- Inserção profissional do estudante no mercado de trabalho e o acompanhamento das suas atividades práticas, previstas nos currículos dos cursos, estimulando sua expansão e oferta regular pela instituição.
- Garantia de uma formação contextualizada e próxima de seu futuro ambiente profissional, com a realização de eventos e participação de empresários dos diversos setores



econômicos da região e com agentes governamentais, de forma a estimular o convívio da instituição com o meio econômico e social.

- Realização de programas de parceria de estágios e ensino continuado.
- Apoio aos estudantes em relação à identificação de postos de trabalho e à sua colocação profissional.
- Componente curricular de Empreendedorismo e Inovação. A Faculdade oferece referido componente curricular aos estudantes e a toda comunidade acadêmica, com o objetivo de motivá-los a construir projetos e desenvolver ideias de novos negócios, bem como de torná-los reais; além disso promove, regularmente, seminários, palestras e *workshops* e atua como facilitadora junto aos outros cursos, propondo componentes curriculares e outros projetos de empreendedorismo e gestão junto aos cursos das áreas de tecnologia, humanidades e saúde. Assim, o enfoque do componente curricular é o de oferecer aos estudantes instrumentos para identificação de oportunidades de novos negócios, bem como apresentar os recursos e etapas necessárias para o seu desenvolvimento e para que, ao final do curso, estejam aptos a transformar suas iniciativas em realidade.
- Relatório de Trancamento e Cancelamento de Matrícula. Os cursos da FPMB, periodicamente, deverão elaborar um relatório de trancamento e de cancelamento de matrículas, onde são apontados os mais diversos motivos que ensejaram os estudantes a tomarem essa iniciativa. Os relatórios serão submetidos ao “Grupo de Trabalho da Diretoria Executiva do Instituto Presbiteriano Mackenzie – Meta Especial de Redução e Evasão de Estudantes”, com o objetivo de analisar cada um deles e apresentar, ao estudante, uma nova perspectiva, um novo olhar para o problema apresentado, ajudando-o a superá-los, ressaltando que os motivos meramente financeiros são encaminhados imediatamente à Gerência Financeira que, por meio de diversos programas de apoio aos discentes como, por exemplo, Ampla Política de Bolsas de Estudo, parciais e integrais; Programa Interno de Crédito Universitário – PRAVALER; Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal – FIES; entre outros, vai procurar solucioná-los, também com o objetivo de manter o estudante em atividade acadêmica.

6.1.2. Programa de Apoio Financeiro

Atendendo à sua visão e missão e em consonância com seus valores, assume o compromisso de conceder aos estudantes apoios financeiros, tais como bolsa de estudo parcial e/ou integral, além de outros instrumentos desta natureza para que todos tenham acesso ao ensino aprendizagem de qualidade, independentemente de sua condição social e financeira, por meio de Programas de Apoio Financeiro ao Estudante, Social e Filantrópico, oferecidos pelo Instituto Presbiteriano Mackenzie e aqueles instituídos pelo Governo Federal, tais como:

- a) Ampla política de bolsas de estudo para a graduação, parciais e integrais, através do Setor de Bolsas de Estudos, além de participar do Programa Universidade Para Todos – ProUni, do Governo Federal.
- b) Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal – FIES. Destinado a financiar, prioritariamente, a graduação no Ensino Superior de estudantes regularmente matriculados e que não possuem condições de arcar com os custos de sua formação.
- c) Políticas de incentivo às práticas esportivas através da concessão de benefícios aos atletas. É o esporte como complemento à educação. Desde as suas origens, o Mackenzie incentiva a prática de esportes entre os estudantes. Várias bolsas de estudo são concedidas para estudantes- atletas.



- d) Programa de Iniciação Científica Institucional. É um recurso que viabiliza, aos discentes que estejam cursando Graduação, uma introdução sistemática à atividade de pesquisa, sob orientação constante e direta de professores qualificados, onde eles poderão desenvolver uma investigação relativa a seu campo de saber, com fundamentação teórica e metodológica, completando e diferenciando a sua formação acadêmica. Este Programa conta com a concessão de Bolsas de financiamento aos estudantes-pesquisadores, com fomento do Fundo de Pesquisa do Mackenzie.
- e) Políticas de estágios supervisionados e prática profissional. Os estágios, obrigatórios ou não, são supervisionados, acompanhados e avaliados por professores, sob a coordenação dos cursos e são regulamentados pelo Conselho Superior. As atividades, independentemente de sua natureza, serão desenvolvidas, preferencialmente, ao abrigo de convênios celebrados, resguardados os direitos dos estudantes quanto à segurança e à integridade e impedido o desvio de objetivos e finalidades.
- f) Política de convênios e intercâmbios com instituições nacionais e internacionais envolvendo os estudantes.
- g) Monitoria: tem como objetivo despertar, no estudante, o interesse de compartilhar experiências do processo de ensino aprendizagem, de formação integral e autônoma na construção do conhecimento. Para a sua efetivação, os professores apresentam projetos, regularmente aprovado pela Coordenação do curso, com a devida justificativa da necessidade de Monitor. A Monitoria também pretende estimular no discente o interesse de continuar com os estudos após a graduação, fazendo com que ele seja protagonista de sua história e do seu grupo, interagindo para a docência superior.

6.2. ESTÍMULOS. À PERMANÊNCIA DISCENTE

1) Programa de Apoio Psicopedagógico: a Instituição, preocupada com o respeito e o convívio com as diferenças individuais e em respeito aos princípios da igualdade e diversidade e, também, em atendimento as políticas públicas de educação inclusiva do Governo Federal, instituiu programa de apoio psicopedagógico, com os seguintes propósitos:

- a) Orientar e acompanhar aos estudantes portadores de necessidades educacionais especiais de aprendizagem, que se encontrar em dificuldades em suas atividades acadêmicas, em razão de interferência das dificuldades psicológicas, que atrapalham o desempenho acadêmico.
- b) Orientar e acompanhar aos estudantes com necessidades como motoras, visuais, auditivas e outras dessa natureza, proporcionando atendimento e assistência psicopedagógica.
- c) Zelar pela dignidade e integridade do estudante, seu bem-estar e pelas condições psicológicas necessárias ao cumprimento de suas tarefas acadêmicas.
- d) Orientar ações didático-pedagógicas para diminuir a interferência das dificuldades psicológicas dos estudantes no desempenho acadêmico.

2) Programa Acadêmico Complementar: institucionalizado na FPMB, dentro das ações implementadas no Programa de Apoio Psicopedagógico, este tem por escopo identificar e corrigir deficiências na formação de alguns estudantes ingressantes, principalmente nos aspectos lógico, matemático e, também, de leitura, compreensão de textos, escrita, entre outros.

São oferecidas Oficinas Pedagógicas com professores qualificados; orientações pessoais, onde os estudantes poderão sanar as suas dúvidas e dificuldades pontuais; plantões de dúvidas realizados por monitores; inserção profissional do estudante no mercado, estimulando as atividades práticas, que auxiliam na compreensão dos conteúdos programáticos. Essas e outras ações são proporcionadas para minimizar os problemas apresentados, fazendo com que os estudantes obtenham uma melhor facilidade na compreensão dos conteúdos oferecidos.



6.3. ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

O corpo discente da FPMB possui a prerrogativa de associação e poderá se organizar em Diretórios Acadêmicos, Liga Atlética e Atléticas, todos com personalidade jurídica própria, regidos por estatuto próprio, por ele elaborado e aprovado, de acordo com a legislação vigente (Lei 7.395/85) e organizados por curso, podendo exercer a representação o discente que estiver regularmente matriculado e com previsão de nela permanecer até o final do mandato, bem como não estar respondendo processo disciplinar e que, em seu prontuário, não conste registro de imposição de pena. A Liga Atlética possui a atribuição de organizar as seleções com os melhores atletas.

O processo de escolha de representação discente, no Conselho Superior, é de responsabilidade da Diretoria, enquanto o processo de escolha de representantes de sala e representação discente, na Congregação dos cursos é do Coordenador de Curso.

6.4. ACOMPANHAMENTO DOS EGRESSOS

O Programa “Para Sempre Mackenzista” instituído pelo IPM, acompanha seus Egressos, e é destinado a oferecer ao ex-estudante oportunidades de educação continuada nos cursos e programas de extensão e de pós-graduação (atualização, aperfeiçoamento, especialização) e informações sobre oportunidades profissionais para a inserção no mercado de trabalho e, também, colher informações sobre a vida profissional desse ex-estudante, para verificar a parcela de contribuição relevante que o Mackenzie desempenhou neste processo.

Este programa também é composto de um pacote de benefícios, tais como:

- a) Acesso às Bibliotecas para empréstimo de livros;
- b) Descontos em Livrarias conveniadas com a FPMB e também para a Livraria do Mackenzie;
- c) Notícias de oportunidades de Emprego.

6.5. AÇÕES DA CAPELANIA PARA O APOIO AOS DISCENTES

A Capelania Mackenzie é um serviço de apoio e assistência espiritual, centrado nas verdades bíblicas, comprometida com a formação integral do ser humano no resgate dos valores construtivos, transmitindo palavra de orientação e encorajamento às pessoas em momentos especiais ou de crise.

A Capelania integra a estrutura da Chancelaria da Mantenedora e suas atividades estão sob orientação e supervisão do Chanceler. O escopo de atuação da capelania abrange docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos que, respeitando a liberdade de consciência de cada um, receberão assistência espiritual em conformidade com a natureza confessional presbiteriana.

As atribuições do capelão consistem em: officiar cultos e outros atos religiosos; prestar assistência espiritual aos corpos docente e discente da Instituição, bem assim aos funcionários; a celebração de ações de graça em comemorações especiais; comparecer, por solicitação do Chanceler, a cerimônias oficiais da FPMB; promover e zelar pela aplicação da Carta de Princípios aprovada pela Chancelaria da Mantenedora, para o respectivo Ano Acadêmico.



7. INFRAESTRUTURA

7.1. ÁREA FÍSICA E INSTALAÇÕES PREDIAIS

A FPMB vem desenvolvendo suas atividades de ensino, iniciação científica e extensão em prédio próprio do novo campus recém-inaugurado.

Quadro 30: Estrutura Física da FPMB – 902 Sul

DESCRIÇÃO ESTRUTURA FÍSICA - FPMB SGAS 902		
BLOCO	PAVIMENTO	DESCRIÇÃO
A	Térreo	Recepção Secretaria Acadêmica e AFA Auditório para 116 lugares Sala secreta para júri simulado NAI CPA Capelania Secretaria da Direção Coordenação Administrativa Sala de reuniões Sala do Diretor Apoio a segurança Apoio Depósito Banheiro masculino Banheiro feminino Banheiro PNE Copa da Direção Copa dos funcionários Vestiário masculino Vestiário feminino
	Térreo	Biblioteca: Acervo 4 salas de estudo Sala da bibliotecária Sala de processamento técnico Vestiário feminino segurança Vestiário masculino segurança Vestário feminino terceirizados Vestário masculino terceirizados



B	1º Pavimento - B1	Copa Banheiro feminino Banheiro masculino Sala do RH Sala estúdio de gravação Sala da segurança Open Space 3 salas de reuniões
C	Térreo	16 Salas de aulas (área de 46,79 m2) com capacidade para 28 alunos em cada uma Sala de apoio 2 banheiros femininos 2 banheiros masculinos 1 banheiro para PNE
Área de Convivência	Térreo	02 Lanchonetes Espaço para convivência e refeição Banheiro feminino Banheiro masculino Banheiro para PNE Depósito



D	Térreo	Sala Assessoria Didática Pedagógica Sala dos Coordenadores Sala dos PPI Sala dos professores Copa Banheiro feminino Banheiro masculino Sala da GERTI (tecnologia) Sala de apoio Núcleo de Práticas Jurídicas Secretaria e triagem Sala da Coordenação Sala de atendimento privado Sala para audiência remota RAD 1 RAD 2 2 salas de aula (área de 124,86 m2) com capacidade para 75 alunos cada Área de descompressão para alunos Reprografia Sala de equipamentos Banheiro feminino Banheiro masculino Banheiro para PNE feminino Banheiro para PNE masculino
	1º Pavimento - D1	Laboratório de Informática 08 salas de aula (área de 60,57 m2) com capacidade para 40 alunos cada 02 banheiros femininos 02 banheiros masculinos 01 banheiro para PNE feminino 01 banheiro para PNE masculino

	2º Pavimento - D2	09 Salas de aula (área de 60,57 m2) com capacidade para 40 alunos cada 02 banheiros femininos 02 banheiros masculinos 01 banheiro para PNE feminino 01 banheiro para PNE masculino
--	-------------------	---



7.2. BIBLIOTECA

7.2.1. Dados

A Biblioteca é composta para dar suporte para as atividades de Ensino, iniciação Científica e Extensão desenvolvidas na FPMB, agregando obras doutrinárias impressas e virtuais (livros, revistas, coletâneas), complementares (artigos, jornais), Bases Científicas Nacionais e Internacionais (periódicos virtuais).

Está planejada para a disposição de um acervo de 10.068 volumes em uma área reservada de 400m², com plena acessibilidade e com uma política contínua de renovação e atualização de seu acervo, físico e virtual, consoante as diretrizes recentes do MEC neste sentido.

A Biblioteca possui ambiente com cadeiras e rede wireless dispõe de uma área de aproximadamente 400 m² destinada para estudos, sendo 2 (duas) salas de estudo em grupo com capacidade para 5 (cinco) pessoas cada e 2 (duas) sala de estudo em grupo com capacidade para 6 (seis), 12 (doze) cabines de estudo individual, sendo 09 (nove) com computadores e 3 (três) cabines sem computadores, 1 (uma) mesa de estudos em formato de “U”, com área de 30m², equipada com 23 (vinte e três) cadeiras e pontos de acesso para notebooks, 2 (duas) mesas retangulares, com capacidade para 7 (sete) assentos cada, 4 (quatro) cabines de autoatendimento, cada uma equipada com 1 (um) computador, 6 poltronas e 6 puffs (descanso) totalizando 71 assentos para estudo.

7.2.2. Horários de funcionamento

Os recursos e serviços estão disponíveis aos usuários 70h (setenta horas) por semana de 2ª a 6ª feira: das 8h às 21h 30min.

7.2.3. Pessoal Técnico-Administrativo

A equipe técnica administrativa responsável pelos serviços da Biblioteca conta com a seguinte estrutura operacional, conforme Quadro 4:

Quadro 7 Pessoal de Apoio e Administrativo – Biblioteca

Item	Pessoal de Apoio Técnico e Administrativo	Quantidade
1	Bibliotecário	1
2	Auxiliar administrativo	1
Total		2



7.2.4. Serviços oferecidos pela Biblioteca

A Biblioteca disponibiliza aos docentes, discentes, pesquisadores, funcionários e comunidade 70h semanais para os serviços descritos abaixo, sendo que o acesso ao Sistema Pergamum (consulta ao catálogo, reservas, renovações etc.) e às bases de dados *online* (com acesso remoto), são oferecidos durante 24 horas via Internet, ininterruptamente.

Dentre outros serviços, são disponibilizados:

Consulta on-line ao catálogo do acervo da Biblioteca;

Reserva de material bibliográfico pela Internet e acompanhamento de empréstimos efetuados;

Alertas por e-mail, sobre o material emprestado a vencer;

Orientação sobre o uso da Biblioteca e do acervo, através de treinamentos, visitas orientadas, palestras, entre outros;

Orientação quanto à normalização de trabalhos científicos e de referências bibliográficas;

Orientação para elaboração de levantamentos bibliográficos em bases de dados;

Divulgação de novas aquisições;

Orientação quanto ao uso da Internet, bases de dados em CD-ROM e *on-line* (*assinadas e Portal de Periódicos da CAPES*);

Livre acesso ao acervo (livros, teses, revistas especializadas, entre outros);

Empréstimo domiciliar informatizado destinado aos usuários internos;

Empréstimo entre as bibliotecas de todos os campi do Mackenzie (via malote);

Empréstimo entre Bibliotecas;

Comutação bibliográfica de artigos de periódicos através do Programa COMUT;

Comutação bibliográfica internacional através da *British Library* (BL);

Acesso às bases de dados eletrônicas *on-line*, assinadas como: ProQuest, ProQuest Dissertations, Fuente Acadêmica, JSTOR entre outras;

Acesso ao Portal de Periódicos da CAPES;

Acesso local e remoto aos livros eletrônicos das principais editoras acadêmicas;

Tutoriais/Guias de utilização das fontes de pesquisa - acesso pela Internet – disponíveis no site da Biblioteca.

Acesso local e remoto aos livros eletrônicos das principais editoras acadêmicas;

Acessibilidade no acesso aos artigos eletrônicos de periódicos das bases da EBSCO;

Para usuários com necessidades especiais, internos e externos, estão disponíveis:

Balcões de atendimento, acessíveis aos cadeirantes;

Leitor de tela DOSVOX, software para os usuários portadores de deficiência visual;

Teclado acessível (com Braille), em um computador da Biblioteca;

Catálogo on-line da Biblioteca (sistema Pergamum), oferece a opção de alto contraste, para facilitar a visualização da tela;

Acervo em Braille, disponível na biblioteca do CCSA – campus Higienópolis (pode ser solicitado via malote);

Biblioteca Virtual Pearson (livros eletrônicos - on-line), compatível com os softwares de leitura DOSVOX, NVDA, entre outros para deficiência visual total ou parcial;

Minha Biblioteca (livros eletrônicos – on-line), disponibiliza em áudio, o conteúdo dos livros;

Bases de Dados da EBSCO (periódicos – on-line), oferece o download de artigos que estão no formato HTML para o formato MP3 (áudio - com a tradução para vários idiomas)



Da utilização

A política estabelecida em manter quantitativamente e qualitativamente atualizado o acervo bibliográfico, adequação e modernização tecnológica das instalações físicas, equipamentos, suportes bibliográficos (bases de dados eletrônicas) e serviços, deve garantir a fidelização dos principais clientes da Biblioteca, os estudantes e docentes da FPMB, e atraído anualmente novos usuários internos e externos.

Deve-se observar as regras de utilização da Biblioteca constantes no Regulamento Interno, no que se refere à componente curricular, uso e conservação do acervo e instalações, e da disponibilidade dos serviços prestados.

A quantidade de material emprestado e os prazos para devolução variam de acordo com a categoria do usuário. Estão à disposição os serviços de reserva e renovação de material. Não estão sujeitos a empréstimos obras de referência, de consulta local, as obras raras, clássicas e as esgotadas, sem condições de reposição, e exemplar permanente de obras que compõem bibliografia básica. O material emprestado é intransferível e a sua guarda é de total responsabilidade do usuário que o retirou da Biblioteca, a quem cumpre zelar pelo cumprimento dos prazos de empréstimos e conservação do acervo.

7.2.5. Organização Técnica do Acervo

A organização do acervo obedece a critérios biblioteconômicos internacionais de padronização. Para o processamento técnico dos livros o código de catalogação utilizado é o Anglo American Cataloguing Rules, 2nd ed. (AACR2).

Adotaram-se dois sistemas de classificações em virtude da adequação às áreas específicas do conhecimento: Library of Congress Classification, por ser a mais adequada e eficiente para Teologia, e Dewey Decimal Classification (CDD), 21th ed., para as demais áreas.

7.2.6. Acervo e Política de Atualização

O acervo atende apropriadamente às funções de ensino, iniciação científica e extensão, em livros, periódicos (assinaturas virtuais), base de dados, vídeos, software, além de livros de referência, acervo abrangente das outras áreas de conhecimento.

O processo de aquisição de livros e periódicos é indireto, tendo sua operacionalização como cotação e fechamento de pedido de fornecimento por Departamento de Compras centralizado e não pela Biblioteca. A Biblioteca realiza o controle das aquisições de livros e periódicos desde o pedido de compra do corpo docente, verificação de correção de dado e duplicidade até o recebimento dos materiais, verificação de conformidade e estado físico para aceitação, patrimônio e cadastramento para incorporação ao acervo.

O acervo será adquirido com um semestre de antecedência, sempre considerando o ano letivo seguinte, a partir do primeiro ano do curso. As obras serão adquiridas a partir de indicações dos professores, feitas nos planos de ensino e aprovadas pelos colegiados de cursos. Serão adquiridas obras indicadas na bibliografia básica e complementar obedecendo às orientações normativas do Ministério de Educação. Também serão adquiridas obras a partir das sugestões e indicações do corpo docente, discente, funcionários e usuários em geral. A quantidade de exemplares é determinada proporcionalmente ao número de estudantes conforme as recomendações dos órgãos oficiais de educação e pela demanda de uso da obra.

Como subsídios aos docentes na elaboração de bibliografias básica e complementar, a



Biblioteca encaminha catálogos e listas de livrarias e editoras especializadas, disponibiliza bases de dados referenciais para consulta e promove demonstrações e apresentações de produtos acadêmicos.

7.2.7. Política de Informatização

O Sistema de gestão de dados Pergamum, utilizado pela Biblioteca George Alexander, biblioteca central da Universidade Presbiteriana Mackenzie, também mantida pelo IPM, é disponibilizado para uso da FPMB.

O Pergamum é um sistema informatizado de gerenciamento de bibliotecas, desenvolvido pela Divisão de Processamento de Dados da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, que contempla as principais funções de uma biblioteca e funciona de forma integrada da aquisição ao empréstimo.

O Sistema Pergamum permite acesso à base de dados via browser Internet, trabalha com arquitetura cliente/servidor para acesso e atualização de dados em rede local e remotamente, entrada e atualização de dados on-line. Apresenta compatibilidade com o código biblioteconômico de catalogação AACR2, segundo nível, para todo tipo de documento; trabalha com formato MARC 21 nos registros bibliográficos internos, para exportação e importação e possibilita importação de dados de centros de catalogação cooperativa on-line ou CD-ROM, e exportação de dados para intercâmbio de registros bibliográficos, via formato ISO-2709, permitindo ainda, a emissão de diversos tipos de relatórios em conformidade com critérios recomendados pelo MEC / CAPES.

7.3. LABORATÓRIOS

Os estudantes e professores da FPMB utilizam os Laboratórios de Informática disponíveis para a realização de gestão simulada. São salas equipadas com microcomputadores e impressoras, que podem ser utilizadas pelos estudantes tanto em aula quanto em horário extraclasse, para estudo e realização de trabalhos, com acesso à Internet.

7.3.1. Instalações e equipamentos existentes

7.3.1.1 Recursos de informática disponíveis

A comunidade acadêmica dispõe de 01 laboratório de informática, em funcionamento das 7h00min às 22h de segunda a sexta-feira. Estão disponíveis os softwares, para apoio acadêmico e administrativo, todos devidamente registrados e licenciados, na forma da lei. Serão instalados mais laboratórios de acordo com as necessidades que se apresentarem

a) Horário de funcionamento

Os laboratórios assegurarão acessos diários, de 2ª a 6ª feira das 07h às 22h, para que os docentes e discentes tenham plenas condições de desenvolvimento de seus estudos, práticas investigativas, trabalhos, consultas e serviços e cursos de extensão.

b) Política de acesso e uso

A utilização dos laboratórios é atividade essencial para o curso tanto dentro da carga horária como em outros horários, de acordo com a organização de cada Componente Curricular e da administração dos laboratórios.

As atividades em laboratório poderão ser em grupo ou individualizadas, com acompanhamento direto do docente responsável pelo componente curricular, auxiliado por monitores e pessoal técnico de apoio.

c) Plano de conservação e atualização tecnológica

A conservação e atualização dos equipamentos serão feitas a partir de uma análise constante



a cargo do pessoal técnico de apoio, com o auxílio do pessoal da manutenção, os quais verificarão a necessidade de aquisição de novos equipamentos e/ou atualização dos existentes.

A atualização de software é feita também mediante análise periódica do pessoal técnico de apoio, consideradas as sugestões de docentes do curso que utilizarão os laboratórios como suporte para o desenvolvimento das atividades de ensino, iniciação científica e extensão.

d) Plano de manutenção

A manutenção de equipamentos, dependendo de sua amplitude, será assegurada pelo pessoal técnico de apoio da própria instituição ou através de contratos com os fornecedores dos equipamentos. A reposição de materiais de consumo será compatível com a demanda das atividades realizadas em cada semestre.

e) Pessoal técnico de apoio

O pessoal técnico de apoio é formado por equipe de profissionais escolhidos pela Faculdade, tendo como responsabilidades a atualização tecnológica, manutenção da gerência de redes, manutenção e instalação dos equipamentos nos laboratórios, biblioteca e demais setores, para que o ensino seja sempre ministrado com apoio das novas tecnologias e para assegurar a manutenção da qualidade dos cursos e programas oferecidos à comunidade.

7.4. SISTEMAS CORPORATIVOS

a) Sistema Integrado de Gestão Acadêmico-Financeiro – Mackenzie (ERP Acadêmico - TOTVS), com os seguintes módulos: Acadêmico – Graduação, Pós-Graduação e Extensão, Bolsas de Estudo, Controle de Presença, Controle de Recebimento, Registro Acadêmico aos discentes (RA) via Internet, Notas e Faltas de Discentes via Internet, Notas de Discentes (Graduação, Pós-Graduação) via Internet, Vestibular e Simulados.

b) Sistema Integrado de Gestão Administrativa – Mackenzie (ERP Administrativo - TOTVS), com os seguintes módulos: Ativo, Compras, Contabilidade, Contas a Pagar, Contas a Receber, Contratos, Despesas, Estoque, Faturamento, Orçamento, Tesouraria, Vendas.

7.4.1. Provedor Internet Mackenzie

O Provedor Internet Mackenzie possui uma infraestrutura tecnológica atualizada, moderna e dimensionada para todas as Unidades da Instituição. Atende à demanda interna e externa de todos os serviços de Internet e conectividade.

a) Principais Serviços de Internet

- Correio eletrônico POP3 e SMTP
- Hospedagem de todos os Websites Mackenzie
- Websites para os docentes
- Ampla gama de aplicativos via Web
- Webmail (@mackenzie.br, @mackenzista.com.br e @craam.mackenzie.br)
- Webcasting (Accordent)
- Gerenciador de Portal – Typo3
- Gerenciador de LMS – Moodle (11 instalações distintas)
- Linguagens de Programação PHP e Java/JSP
- Banco de dados MySQL, PostgreSQL e DB2



b) Intranet Mackenzie

A Intranet Mackenzie disponibiliza uma variada gama de serviços em ambiente Web, com acesso restrito, que visam informar, facilitar e agilizar os processos comunicacionais e administrativos da Instituição.

c) Portal do Aluno – Portal do Aluno Acadêmico

Aplicação que provê, via Internet, informações acadêmicas aos discentes da FMPB. Dentre as informações acadêmicas disponíveis estão, por exemplo: notas, faltas, histórico escolar, currículo, horários das aulas, dados cadastrais, atividades complementares, datas das avaliações, situação de bolsa de estudo e situação financeira. Por meio do RA também é possível a emissão de 2ª via de boleto, solicitação de atestados, inscrições em disciplinas de estágio supervisionado para o período letivo seguinte e a comunicação da Faculdade/Instituto para com os discentes através de mensagens e avisos. Finalmente, o RA no âmbito do Instituto Presbiteriano Mackenzie também faz conexões com outras aplicações informatizadas, como: inscrição para Transferência Interna, solicitação de bolsas de estudo, pesquisas, entre outras.

Para os discentes da FPMB, a página inicial do Portal do Aluno apresenta um menu com as funcionalidades: Faltas, Notas, Horários, Datas das provas, Situação Financeira, Bolsa Informativos, Bolsas – Situação, Atividades Complementares, Guia do Discente de Graduação, Matrícula de Veteranos, Calendário Escolar, Cadastro, Currículo, Histórico, Atestados, Informativo da Biblioteca, Oportunidade de Intercâmbio – COI, Guia de Trabalhos Acadêmicos, Sugestões e Alterar Senha.

d) Moodle

O Moodle é uma aplicação baseada na Web, de aprendizagem a distância baseada em software livre. É também um sistema de gestão do ensino e aprendizagem (conhecidos por suas siglas em inglês, LMS - Learning Management System, ou CMS - Course Management System), ou seja, é um aplicativo desenvolvido para ajudar os educadores a criar cursos on-line, ou suporte on-line a cursos presenciais, de alta qualidade e com muitos tipos de recursos disponíveis. É um acrônimo de Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment (ambiente modular de aprendizagem dinâmica orientada a objetos).

Ele foi e continua sendo desenvolvido continuamente por uma comunidade de centenas de programadores em todo o mundo, que também constituem um grupo de suporte aos usuários, acréscimo de novas funcionalidades, etc., sob a filosofia GNU de software livre. Uma fundação (www.moodle.org) e uma empresa (www.moodle.com) fornecem, respectivamente, o apoio para o desenvolvimento do software e sua tradução para dezenas de idiomas, e apoio profissional à sua instalação. Deste ponto de vista os cursos desenvolvidos no Moodle são criados em um ambiente que promove a interação do estudante e do docente.

O docente ajuda o discente a construir este conhecimento com base nas suas habilidades e conhecimentos próprios, ao invés de simplesmente publicar e transmitir este conhecimento. Por esta razão, o Moodle dá uma grande ênfase nas ferramentas de interação entre os protagonistas e participantes de um curso. A filosofia pedagógica do Moodle também fortalece a noção de que o aprendizado ocorre particularmente bem em ambientes colaborativos. O ambiente Moodle inclui ferramentas que apoiam o compartilhamento de papéis dos participantes (nos quais eles podem ser tanto formadores quanto aprendizes, e a geração colaborativa de conhecimento como Wikis, e-livros etc., assim como ambientes de diálogo, como diários, fóruns, bate-papos etc.)

7.4.2. Ambiente de Rede Administrativa e Acadêmica

As redes de comunicação de dados (LAN e WAN) da FPMB são formadas por backbones em



fibra óptica e rede Wireless: Backbone Administrativo e Backbone Acadêmico, que interligam todos os edifícios de todas as Unidades ao DataCenter Mackenzie. A conectividade de Internet permeia toda a Instituição, incluindo as salas de aula e todos os Laboratórios de Informática.

O Provedor Internet Mackenzie permite a conectividade externa para docentes, funcionários, discentes e egressos, incluindo o acesso aos serviços das Bibliotecas, mediante identificação. Todos os discentes, docentes, funcionários possuem e-mail permanente e gratuito.

A FPMB possui uma Rede Wireless (sem fios) com cobertura voltada predominantemente para acesso aos serviços de internet. Os equipamentos podem ser notebooks, netbooks, smartphones e tablets. Todos os Access Points são gerenciados de forma centralizada, incluindo as políticas, regras e perfis de acesso dos usuários.

7.4.3. Softwares Acadêmicos

A FPMB, através da Gerência de Tecnologia da Inovação GERTI provê uma vasta gama de softwares e serviços de suporte técnico para toda a comunidade acadêmica e corporativa do Instituto Presbiteriano Mackenzie, inclusive simuladores de gestão para atividades realizadas em Laboratório de Prática Interdisciplinar.

Principais Parceiros e Contratos

O contrato com a Microsoft Campus Agreement (CA), cuja renovação é anual, viabiliza a instalação e atualização da plataforma Microsoft Windows e Office em todos os computadores da Instituição.

O contrato, vigente desde 2000, permite que funcionários com vínculo empregatício com o IPM utilizem em suas residências, uma licença do MS Windows em um computador desktop ou em um notebook.

Outras parcerias poderão ser firmadas a partir das necessidades dos cursos e da ampliação de oferta de cursos na FPMB.

firmadas a partir das necessidades dos cursos e da ampliação de oferta de cursos na FPMB.

7.5. PLANO DE PROMOÇÃO DE ACESSIBILIDADE E DE ATENDIMENTO DIFERENCIADO A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS

Atendendo a PORTARIA Nº 3.284, de 7 de novembro de 2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições, a Faculdade Presbiteriana Mackenzie Brasília tem como uma de suas prioridades a integração da Pessoa Portadora de Deficiência garantindo-lhe o acesso, o ingresso e a permanência em todos os serviços oferecidos à comunidade.

A preocupação institucional com a acessibilidade consiste no acompanhamento dos casos que necessitam de atendimento específico, de acordo com as diretrizes do Ministério da Educação: “Dotar as instituições de educação superior (IES) de condições de acessibilidade é materializar os princípios da inclusão educacional que implicam em assegurar não só o acesso, mas condições plenas de participação e aprendizagem a todos os estudantes.” (MEC/INEP, 2013)

Tal postura, para a faculdade, implica na observação de aspectos de acessibilidade estrutural e física, bem como a acessibilidade pedagógica e atitudinal, por meio de capacitação docente e apoio psicopedagógico aos discentes. Ao se identificar as necessidades especiais de discentes ingressantes, a



partir do Processo Seletivo de Ingresso, busca-se preparar o ambiente e os profissionais que serão envolvidos com o aluno. Esse trabalho tem sido desenvolvido por meio da Coordenadoria de Apoio ao Discente, subsidiado pelo Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI).

Com o objetivo de favorecer a aprendizagem e a oportunidade de pleno desenvolvimento dos discentes, as políticas de inclusão e de acessibilidade buscam:

- Aparelhar a instituição e adequar suas estruturas;
- Disseminar a informação sobre inclusão;
- Sensibilizar a comunidade acadêmica para o desenvolvimento da educação inclusiva.

Deste modo, como parte das políticas da FPM de Brasília para atender a essas demandas, a acessibilidade é observada em seus vários espectros, considerando as necessidades de comunicação, arquitetônicas, metodológicas, de transporte, instrumentais e programáticas.

Em cumprimento ao Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, oferece-se a disciplina de LIBRAS como disciplina optativa em todos os cursos. Também se tem a preocupação e o cuidado em garantir:

- Intérpretes de língua de sinais/língua portuguesa;
- Flexibilidade na correção de avaliações, valorizando o conteúdo semântico;
- Iniciativas para o aprendizado da língua portuguesa; Materiais de informações aos docentes para que se esclareça a especificidade linguística do portador de deficiência auditiva;
- Formação dos docentes para o atendimento desses discentes.



8. ASPECTOS FINANCEIROS E ORÇAMENTÁRIOS

8.1. DEMONSTRAÇÃO DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA, INCLUINDO OS PROGRAMAS DE EXPANSÃO PREVISTOS NO PDI

Para este PDI foram levantados os compromissos assumidos na implantação de novos cursos e programas, além da consolidação dos cursos existentes, na melhoria contínua do ensino, na implantação e desenvolvimento das atividades de ensino e extensão, nos cursos de graduação, de tecnologia e Pós-Graduação Lato Sensu, na atualização tecnológica dos equipamentos e software de informática e de tecnologia educacional e na ampliação e atualização do acervo da biblioteca.

Os investimentos foram programados a partir da projeção para implantação dos cursos e de novas turmas, além da infraestrutura da Faculdade.

A gestão financeira é de responsabilidade da mantenedora, a quem caberá liberar os pagamentos dos recursos humanos (professores e pessoal administrativo) e outras despesas de custeio. Os investimentos são realizados diretamente pela mantenedora, com total aderência às metas e ações inseridas neste PDI.

8.2. ESTRATÉGIAS DE GESTÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

O orçamento da FPMB é elaborado pelo Diretor Geral e sua equipe de Gestão Acadêmica e Administrativo-Financeiro, em conjunto com a Diretoria Financeira da Mantenedora.

O desempenho econômico-financeiro e o comportamento e evolução da receita e da despesa serão monitorados pela mantenedora, em parceria com a Direção Geral da instituição. Os ajustes são promovidos sempre que necessários, na receita, na despesa ou nos investimentos.

A colaboração entre a Mantenedora e a Mantida, por intermédio de seus dirigentes superiores, facilitará o cumprimento do orçamento e/ou sua correção, quando houver comprovada necessidade.

8.3. PLANOS DE INVESTIMENTOS

Os investimentos serão voltados prioritariamente para viabilizar a implantação dos programas e projetos dos cursos inseridos neste PDI, e para a melhoria contínua do ensino, das atividades de iniciação científica relacionadas ao ensino e da extensão nas áreas da graduação e pós-graduação Lato Sensu.

O orçamento prevê os seguintes recursos de investimento

Acervo bibliográfico – R\$311.406,00 por ano em média;

Aquisição de recursos tecnológicos e ampliação de hardware e software para o laboratório de informática – R\$175.879,00 por ano em média; e

Outros investimentos (material permanente, reposição de equipamentos etc.) – R\$12.210,00 por ano em média.

Os investimentos (Despesas de Capital) serão realizados com recursos alocados dos resultados financeiros apurados ano a ano. Caso o resultado financeiro não seja positivo, caberá à mantenedora suportar os investimentos, total ou parcialmente.

A projeção positiva do resultado financeiro sinaliza para a viabilidade econômico-financeira do projeto educacional em tela.

**8.4. PREVISÕES ORÇAMENTÁRIAS**

O planejamento econômico-financeiro foi elaborado tendo por base as seguintes premissas:

a) Receita

A receita básica tem por fonte principal as mensalidades escolares, provenientes dos cursos de graduação, pós-graduação (*Lato Sensu*) e extensão, cujas despesas são especificadas na Tabela 4:

Tabela 4**Previsão das Receitas do Quinquênio (R\$ 1,00)**

Cursos	2025	2026	2027	2028	2029
Graduação	37.748.054	45.205.852	49.230.180	49.230.180	49.230.180
Pós-Graduação	1.072.719	1.092.164	1.150.585	1.150.585	1.150.585
Total	38.820.773	46.298.016	50.380.765	50.380.765	50.380.765

b) Despesa

A estimativa da despesa registra em média 40% com recursos humanos (professores e pessoal administrativo), incluindo encargos sociais conforme Tabela 5:

Tabela 5**Previsão das Despesas com pessoal**

Despesa com Pessoal	2025	2026	2027	2028	2029
Corpo Docente	11.251.824	12.488.288	13.601.106	13.601.106	13.601.106
Técnico-Administrativo	3.922.674	4.783.233	6.439.877	6.439.877	6.439.877
Total	15.174.498	17.271.521	20.040.983	20.040.983	20.040.983

Para as despesas de custeio da extensão, com a iniciação científica, incluindo a concessão de bolsas a estudantes, e a pesquisa científica é destinado o montante, conforme Tabela 6.

Tabela 6**Previsão das Despesas com extensão, iniciação e pesquisa científica**

Extensão e Iniciação Científica	2025	2026	2027	2028	2029
	1.216.078	1.337.686	1.471.455	1.618.600	1.780.460

Os recursos destinados à capacitação docente e do pessoal técnico-administrativo correspondem em média a R\$ 2.200.00 (dois milhões e duzentos mil reais) em destaque na Tabela 7.



FACULDADE PRESBITERIANA MACKENZIE BRASÍLIA
PDI - 2025 - 2029

Tabela 7
Previsão das Despesas com capacitação docente e técnico-administrativo

Capacitação Docente e Técnico-Administrativo	2025	2026	2027	2028	2029
	1.824.100	2.006.500	2.207.100	2.427.900	2.670.600

A previsão orçamentária para tributos, é demonstrada na Tabela 8.

Tabela 8
Previsão das despesas com tributos (R\$ 1,00)

Tributos	2025	2026	2027	2028	2029
IPTU	25.000.00	25.000.00	25.000.00	25.000.00	25.000.00
TAXAS	30.000.00	30.000.00	30.000.00	30.000.00	30.000.00
Total	55.000.00	55.000.00	55.000.00	55.000.00	55.000.00

A Tabela 9 mostra a previsão orçamentária operacional

Tabela 9
Previsão das despesas com funcionamento e do resultado do exercício (2025-2029)

Despesas com Funcionamento	2025	2026	2027	2028	2029
Despesas com Materiais	102.988	102.988	102.988	102.988	102.988
Conservação e Manutenção	2.172.000	2.172.000	2.172.000	2.172.000	2.172.000
Serviços de Terceiros	3.552.000	3.552.000	3.552.000	3.552.000	3.552.000
Utilidades e serviços	1.888.309	1.956.352	1.995.477	1.995.477	1.995.477
Seguros e locações	2.200.000	2.200.000	2.200.000	2.200.000	2.200.000
Propaganda e publicidade	4.419.033	5.165.058	5.594.023	5.594.023	5.594.023
Outras despesas	1.985.230	2.195.790	2.316.860	2.316.860	2.316.860
Impostos, taxas e contribuições	550.000	550.000	550.000	550.000	550.000
Depreciação	1.851.595	2.080.877	2.130.685	2.130.685	2.130.685
Total Custeios	18.721.155	19.975.065	20.614.033	20.614.033	20.614.033

Tabela 10
Previsão das despesas de capital (2025-2029) (R\$1,00)

Despesas de Capital	2025	2026	2027	2028	2029
Informática (Equipamentos e Programas)	144.043	158.447	174.292	191.720	210.893
Acervo para Biblioteca	255.037	280.541	308.595	339.455	373.400
Outros Investimentos	10.000	11.000	12.100	13.310	14.641
Total	409.080	449.988	494.987	544.485	598.934

Lucro Líquido	1.420.862	5.203.082	5.497.207	5.079.764	4.620.755
----------------------	------------------	------------------	------------------	------------------	------------------



10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR NETO, Benedito Guimarães. **Concepção, Marcos Regulatórios e Elementos para a Elaboração de Projetos Pedagógicos de Cursos na UPM**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2012.

ALMEIDA, M. E., & VALENTE, J. A. Tecnologias e currículo: Trajetórias convergentes ou divergentes? São Paulo: Paulus, 2011.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. **Processos de Ensino na Universidade**: Pressupostos para as estratégias de trabalho em aula. Joinville, SC: UNIVILLE, 2004.

AUSUBEL, D.P. **Aquisição e retenção de conhecimentos**. Lisboa: Plátano Edições Técnicas. 2003.

BERBEL, N. N.: “**Problematization**” and **Problem-Based Learning**: different words or different ways? Interface — Comunicação, Saúde, Educação, v.2, n.2, 1998.

CARBONELL, Jaume. **A aventura de inovar** – A mudança na escola. Porto Alegre: Artmed, 2002.

CASASSUS, J. **Fundamentos da educação emocional**. Brasília: Unesco; Liber Livro Editora, 2009.

CECY, C.; OLIVEIRA, G. A.; COSTA, E. A. M. B. **Metodologias Ativas**: aplicação e vivências em educação Farmacêutica. ABENFARBIO. Brasília, DF. 2010.

CNE. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia. **Conselho Nacional de Educação** - Resolução CNE/CP N°. 3, de 18/12/2002. Brasília, DF, Brasil: MEC, 2002.

CONAE. Documento de referência para a **Conferência Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2010.

DAMIS, O. T. **Didática e sociedade**: O conteúdo implícito do ato de ensinar. Campinas: Papirus, 2012.

DELORS, Jacques **Educação**: Um Tesouro a Descobrir. UNESCO, MEC. São Paulo: Cortez Editora, 1996.

DEMO, Pedro. **O educador e a prática da pesquisa**. Ribeirão Preto: Editora Alfabeta, 2010.

DINIZ-PEREIRA, J.E.; ZEICHNER, K. (Org.). **A pesquisa na formação e no trabalho docente**.

Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

FAZENDA, Ivani C. A. **Intercomponente curricularridade**: história, teoria e pesquisa. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994.

FRAUCHES, C. C. **Diretrizes curriculares para os cursos de graduação**. Brasília: ABMES Editora, 2008.

FREIRE, Paulo. **A pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.



LIBÂNEO, J. C. **Didática**, 34ª reimpressão. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Augustus Nicodemus. **Carta de Princípios**

LUCCHESI, Martha. **A universidade no limiar do terceiro milênio**: Desafios e Tendências. Editora Universitária: Leopoldiano, 2002.

LUTHERO, Martin. **A los magistrados de todas las ciudades alemanas, para que construyam y mantegnam escuelas cristianas**, 1523.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 3ª ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.

PERRENOUD, P. **Avaliação**: Da excelência à regulação das aprendizagens, entre duas lógicas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERRAUDEAU, M. **Estratégias de aprendizagem**: Como acompanhar os estudantes na aquisição dos saberes. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ROLDÃO, M. do Céu. **Função docente**: natureza e construção do conhecimento profissional. Portugal. Revista brasileira de Educação. v.12 n. 34 jan/abril, 2007.

SACRISTÁN, J. Gimeno. O currículo como confluência de práticas. In: SACRISTÁN, J. Gimeno. **O Currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2000, p. 101-106.

SÁNCHEZ, P. **Habilidades cognitivas y currículo escolar**: Área de linguagem. In: L. TÉBAR, O perfil do professor mediador: Pedagogia da mediação (p. 551). São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2011.

SCHAEFFER, Francis. **A morte da razão**. 1974.

TORRES, A., & SILVA, M. **O ambiente Moodle como apoio à educação a distância**. Segundo Simpósio Hipertexto e Tecnologias na Educação: Multimodalidade e Ensino (p. 10). Recife: UFPE, 2008.

Referências digitais:

ANEP. (2012). Textos selecionados do site institucional da ANEP, seção Quem Somos. São Paulo: Disponível em <http://www.anep-ipb.org.br>. Acesso em 03/07/2012.

ANTONIO, J. C. Uso pedagógico dos fóruns. Disponível em Professor Digital: <http://professordigital.wordpress.com/2009/06/08/uso-pedagogico-dos-foruns/>. Acesso em 10 de 08 de 2012.

CORREA, Wilson. **Flexibilização Curricular**: O que? Como? Para que?. Disponível em <http://www.recantodasletras.com.br/pensamentos/2456982>. Acesso em 06/2012.

EMACK. eMack: Portal dos Colégios Presbiterianos Mackenzie. Acesso em 12 de 08 de 2012, disponível em EMack: <http://www.emack.com.br>



IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/sinopse.pdf>> Acesso em 08 de março de 2011.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2012/>> Acesso em: 12/11/2012.

IPB. Igreja Presbiteriana do Brasil, seções Organização e História. São Paulo: Disponível em <http://www.ipb.org.br/portal/>. Acesso em 03/07/2012.

São Paulo Convention & Visitors Bureau. Disponível em: <<http://www.spcvb.com.br/dados-da-cidade.asp>> . Acesso em 09/2012.

SME. Sistema de Ensino Mackenzie. Disponível em Sistema de Ensino Mackenzie: <http://sme.mackenzie.br/mackenzie>, Acesso em 13 de 08 de 2012.